

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

REGIÃO CENTRO-OESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO:
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA**

REGIÃO CENTRO-OESTE

Brasília
MEC
2015

EXPEDIENTE

MEC

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Secretário Executivo
Luiz Cláudio Costa

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)

Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo

DIRETORIA DE CURRÍCULOS E EDUCAÇÃO INTEGRAL

Clarice Salete Traversini

FICHA TÉCNICA

Reitor da Universidade Federal de Goiás
Dr. Orlando Afonso Valle do Amaral

Diretor do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
Dr. Alcir Horácio da Silva

Equipe da Universidade Federal de Goiás

Pesquisadores da equipe do Projeto na Região Centro-Oeste

Dra. Mercês Pietsch Cunha Mendonça
Ms. Iolene Mesquita Lobato

Equipe de apoio técnico-científico

Ms. Ângela Maria Cunha
Dra. Maria Izabel Barnez Pignata
Dra. Rosana Maria Borges

Equipe de apoio administrativo-pedagógico

Agnez Cunha Bendito
Carmen Thereza Mendonça
Júlio Cunha Mendonça
Lorrany Bruna de Carvalho
Maria Amélia das Graças Barbosa Silva
Shirlene Alvarez da Silva

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DEIDHUC	– Diretoria Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania
DF	– Distrito Federal
EEx	– Entidade Executora
EqP	– Programa Escola que Protege
FNDE	– Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	– Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GO	– Goiás
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
IES	– Instituições de Educação Superior
Inep	– Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MDS	– Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	– Ministério da Educação
MS	– Mato Grosso do Sul
MT	– Mato Grosso
ONG	– Organização Não Governamental
PBF	– Programa Bolsa Família
PDDE	– Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE-Escola	– Plano de Desenvolvimento da Escola
PEA	– Programa Escola Aberta
PETI	– Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB	– Produto Interno Bruto

PME	– Programa Mais Educação
PNAIC	– Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	– Projeto Político-Pedagógico
Proerd	– Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PSE	– Programa Saúde na Escola
PST	– Programa Segundo Tempo
SEB	– Secretaria de Educação Básica

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Presença de experiências de Educação Integral anteriores ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	18
GRÁFICO 2 – Articulação do Programa Mais Educação com outros programas do Governo Federal, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	19
GRÁFICO 3 – Articulação do Programa Mais Educação com outros programas, ações e políticas desenvolvidos no âmbito do estado/município, no Brasil e na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	22
GRÁFICO 4 – Prioridade de atendimento aos educandos contemplados pelo Programa Bolsa Família no Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	23
GRÁFICO 5 – Estabelecimento, alteração ou ampliação das Diretrizes Curriculares por influência do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	37
GRÁFICO 6 – Projetos Político-Pedagógicos das escolas (re)elaborados por influência do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	39
GRÁFICO 7 – Número de refeições ofertadas aos educandos que integram o Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	42
GRÁFICO 8 – Realização de reformas, adaptações e/ou ampliações dos espaços das cidades destinados às práticas educativas, a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	49
GRÁFICO 9 – Participação dos educandos na escolha dos macrocampos do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	50
GRÁFICO 10 – Promoção de formação aos professores comunitários do Programa Mais Educação pela Secretaria de Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	61
GRÁFICO 11 - Promoção de formação a outros profissionais vinculados ao Programa Mais Educação pela Secretaria de Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	64

GRÁFICO 12 – Criação de estratégias específicas para monitoramento e/ou avaliação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	66
GRÁFICO 13 – Impacto das propostas dos macrocampos do Programa Mais Educação na organização do tempo nas demais escolas das redes estaduais/municipais de ensino, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	67
GRÁFICO 14 – Modificações nas estratégias de avaliação da aprendizagem, nas redes públicas de ensino, resultantes da adesão ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	68

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Nível de escolaridade dos coordenadores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	14
TABELA 2 – Vínculo empregatício dos coordenadores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	15
TABELA 3 – Tempo de atuação dos coordenadores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	16
TABELA 4 – Programas do Governo Federal articulados com o Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	20
TABELA 5 – Escolas que priorizam a inserção de educandos participantes do Programa Bolsa Família no Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	24
TABELA 6 – Parcerias do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	25
TABELA 7 – Contrapartida do estado/município aos parceiros do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	27
TABELA 8 – Formas de participação da comunidade escolar no processo de implementação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	28
TABELA 9 – Características dos comitês locais de Educação Integral, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	30
TABELA 10 – Recursos do PDDE/Educação Integral para o financiamento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	32
TABELA 11 – Destinação dos recursos do PDDE/Educação Integral para o financiamento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	33
TABELA 12 – Destinação dos recursos adicionais aplicados no desenvolvimento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	34

TABELA 13 – Presença de estratégia(s) de envio de recursos adicionais direto para as escolas de Educação Integral (afora o do PDDE/FNDE), no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	35
TABELA 14 – Dimensões curriculares estabelecidas, alteradas ou ampliadas a partir da adesão ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	38
TABELA 15 – Formas de organização das oficinas/atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	41
TABELA 16 – Alimentação fornecida aos estudantes que integram o Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	43
TABELA 17 – Ocorrência de reformas, adaptações e/ou ampliações dos espaços nas escolas participantes do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	44
TABELA 18 – Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	45
TABELA 19 – Espaços das cidades mais utilizados para a realização das atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	47
TABELA 20 – Participação de outros sujeitos na escolha das oficinas/atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	51
TABELA 21 – Carga horária dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	54
TABELA 22 – Destinação exclusiva da carga horária dos professores comunitários ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	55
TABELA 23 – Processos de seleção dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	56
TABELA 24 – Critérios de seleção dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	57

TABELA 25 – Vínculo empregatício dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	58
TABELA 26 – Critérios de seleção dos monitores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	59
TABELA 27 – Perfil dos monitores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	60
TABELA 28 – Periodicidade na realização de formação dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	62
TABELA 29 – Periodicidade na realização de formação dos monitores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	63
TABELA 30 – Outros profissionais contemplados pela formação promovida pela Secretaria de Educação associada ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013.....	64
TABELA 31 – Demandas de ações do Ministério da Educação para o fortalecimento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013	69

SUMÁRIO

1	Introdução.....	12
1.1	A Região Centro-Oeste.....	12
2	Coordenadores do Programa Mais Educação nas secretarias de educação .	14
3	Programa Mais Educação e Outras Experiências de Educação Integral.....	18
4	Ação intersetorial e outras parcerias.....	19
4.1	Intersetorialidade	19
4.2	Outras parcerias	24
5	Participação na implementação do Programa Mais Educação.....	28
6	Gestão do Programa Mais Educação/da Educação Integral	29
7	Comitês de Educação Integral.....	30
8	Financiamento do Programa Mais Educação/da Educação Integral.....	32
9	Diretrizes Curriculares, Projeto Político-Pedagógico e Programa Mais Educação.....	37
10	A organização do Programa Mais Educação nas escolas	40
10.1	Oficinas.....	40
10.2	Alimentação	41
10.3	Espaços	44
11	Participação na definição das atividades do Programa Mais Educação	50
12	Educadores do Programa Mais Educação nas escolas	53
12.1	Professor Comunitário	53
12.2	Monitor.....	58
13	Formação dos sujeitos envolvidos com o Programa Mais Educação	61
14	Monitoramento/avaliação do Programa Mais Educação.....	66
15	Impactos das atividades do Programa Mais Educação nas demais escolas da rede pública	67
16	Modificações nas estratégias de avaliação da aprendizagem	68
17	Ações do MEC para fortalecimento do Programa Mais Educação	69
18	Considerações Finais	70
	Referências.....	73

1 INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa *Programa Mais Educação: Impactos na Educação Integral e Integrada*. O estudo realizado focalizou os reflexos do Programa Mais Educação (PME) em estados e municípios do Brasil com ênfase nas estratégias indutoras do Programa para a construção de políticas de educação em tempo integral.

As análises aqui apresentadas são oriundas dos dados coletados, por meio de questionários *on-line*, nas redes estadual e municipal de ensino da Região Centro-Oeste que aderiram ao Programa Mais Educação nos anos de 2008, 2009 e 2010. No total, foram enviados 31 questionários aos coordenadores do Programa na Região Centro-Oeste. Desse universo, dezenove questionários foram respondidos integralmente, o que representa 61,3% da amostragem, sendo: um do Distrito Federal, dez de Goiás (1 estadual e 9 municipais), quatro do Mato Grosso (4 municipais) e quatro do Mato Grosso do Sul (1 estadual e 3 municipais). E foi justamente a partir desses dados quantitativos que a presente pesquisa foi executada.

1.1 A Região Centro-Oeste

O Centro-Oeste do Brasil é a segunda maior região em superfície territorial, com área de 1.606.371,505 km², sendo composta por três estados: Goiás (GO), que conta com 246 municípios; Mato Grosso (MT), com 141 municípios; Mato Grosso do Sul (MS), que tem 79 municípios e o Distrito Federal (DF).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014), a Região Centro-Oeste possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,815, o que é considerado relativamente elevado se comparado às demais regiões do país. Contudo, entre todas as regiões brasileiras, ela é a menos populosa, possuindo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) de 2010, a menor densidade populacional, caracterizada,

territorialmente, por grandes concentrações urbanas que se contrastam com imensos vazios populacionais.

Geograficamente, o Centro-Oeste brasileiro é uma região que possui singularidades: é a única que faz fronteira com todas as demais e que não possui litoral. Para Teixeira Neto (2008), a localização geográfica do Centro-Oeste o predestinou a ser uma fronteira agrícola e econômica com vocação para atividades agropastoris, pois a Região é um elo entre o litoral e a Amazônia, e suas características mais assustam e repelem do que atraem. Atualmente, o Centro-Oeste movimenta, por ano, mais de 396 milhões de reais, o que corresponde a 9,56% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (IBGE, 2014).

No quesito educação, o Centro-Oeste se destaca das demais regiões do país. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede estadual de ensino, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2014) de 2012, em 2011, foi de 5,2 nos anos iniciais, de 3,9 nos anos finais e de 3,3 no Ensino Médio, ultrapassando as metas fixadas pelo Ministério da Educação (MEC), o qual projetou um índice de 4,7 para as séries iniciais, de 3,6 para os anos finais e de 3,2 para o Ensino Médio.

2 COORDENADORES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO

Os dados quantitativos obtidos a partir dos questionários respondidos pelos coordenadores do PME na Região Centro-Oeste possibilitam delinear o perfil geral desses profissionais, especialmente no que tange à escolaridade, ao vínculo empregatício e ao tempo de atuação no Programa, conforme pode ser visualizado nas tabelas a seguir.

TABELA 1 – Nível de escolaridade dos coordenadores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nível de escolaridade	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Ensino Médio	1,2	-	-	-	-	-
Ensino Superior em andamento ou inconcluso	2,3	-	-	-	-	-
Ensino Superior concluído	12,8	15,8	-	30,0	-	-
Pós-graduação <i>lato sensu</i> em andamento ou concluída	71,7	68,4	-	50,0	100,0	100,0
Mestrado em andamento ou concluído	11,2	15,8	100,0	20,0	-	-
Doutorado em andamento ou concluído	0,8	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Todas as tabelas constantes neste relatório foram elaboradas por seus autores, tomando como base os dados dos questionários *on-line* respondidos pelos coordenadores do Programa Mais Educação das redes estaduais/municipais de ensino do Brasil e da Região Centro-Oeste.

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

No Centro-Oeste, observa-se que o nível de escolaridade dos dezenove coordenadores do PME que responderam ao questionário está concentrado na pós-graduação *lato sensu*, principalmente nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, já que pelo menos 50,0% deles possuem especialização em andamento ou concluída. Paralelamente, os dados revelam um percentual significativo desses profissionais cursando o mestrado (20,0%). Em que pese o

número reduzido de respostas referentes aos estados de MT e MS, os dados indicam que os coordenadores do PME se preocupam com o avanço na formação continuada, entendida como um importante balizador nas ações e no fomento da política de Educação Integral, cabendo, nesse aspecto, destaque ao Estado de Goiás.

No que tange ao vínculo empregatício dos coordenadores do PME, a Tabela 2 mostra que a maioria dos profissionais que ocupam esse cargo são efetivos da rede pública de ensino.

TABELA 2 – Vínculo empregatício dos coordenadores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Vínculo empregatício	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Efetivo com função gratificada	47,7	42,1	100,0	50,0	50,0	75,0
Efetivo sem função gratificada	34,9	42,1	-	30,0	50,0	-
Contratado com função gratificada	5,8	5,3	-	10,0	-	-
Contratado sem função gratificada	3,9	5,3	-	10,0	-	-
Cedido com função gratificada	2,3	-	-	-	-	-
Cedido sem função gratificada	1,9	-	-	-	-	-
Outros	3,5	5,3	-	-	-	25,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Desses coordenadores, pelo menos 50,0% recebem gratificação pela coordenação do PME, como é o caso de Goiás e Mato Grosso, sendo que, no Mato Grosso do Sul, esse índice é de 75,0% e, no Distrito Federal, de 100,0%. Apesar de menos expressivo, existem coordenadores que são contratados (com ou sem gratificação) em Goiás, ou seja, sem vínculo com a rede pública de ensino, o que remete às problemáticas da terceirização, da temporalidade, da rotatividade e da dificuldade de desenvolver a função a contento das expectativas e necessidades do Programa Mais Educação. Ainda de acordo com os dados desta pesquisa, a

categoria “outros tipos de vínculo”, presente no Estado do Mato Grosso do Sul, está associada aos “cargos comissionados”, aos “cargos de confiança com função gratificada” ou aos “nomeados em comissão”.

Compreende-se que o vínculo com a rede pública de ensino deveria ser um dos principais requisitos para que a coordenação do PME, ou de qualquer outra política pública, se efetivasse. Além de toda discussão sobre a importância do serviço público, há que se ressaltar que os funcionários públicos, por possuírem estabilidade, podem ser mais suscetíveis ao engajamento em programas e projetos, os quais passam a ter possibilidades mais concretas de continuidade e aperfeiçoamento.

No que se refere ao tempo de atuação do Coordenador do Programa Mais Educação, os dados desta pesquisa, organizados na Tabela 3, revelam uma variação significativa entre os estados da Região Centro-Oeste.

TABELA 3 – Tempo de atuação dos coordenadores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Tempo	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Menos de 1 ano	14,7	5,3	-	-	25,0	-
De 1 ano a 1 ano e onze meses	17,8	31,6	100,0	30,0	-	50,0
De 2 anos a 2 anos e onze meses	28,3	15,8	-	-	50,0	25,0
De 3 anos a 3 anos e onze meses	26,0	26,3	-	50,0	-	-
Quatro anos ou mais	13,2	21,10	-	20,0	25,0	25,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Como se pode perceber, a maior parte dos coordenadores do PME no Centro-Oeste tem entre um ano e um ano e onze meses de atuação no Programa (31,6%), índice seguido por aqueles que possuem entre três anos e três anos e onze meses (26,3%) e pelos que apresentam quatro anos ou mais de atuação (21,10%). Os que possuem tempo de atividade no PME entre dois anos e dois anos e onze meses (15,8%) e os que têm menos de um ano (5,3%) são minoria na Região.

Contudo, ao analisar o detalhamento dos estados que compõem o Centro-Oeste na Tabela 3, percebe-se uma variação significativa entre eles, pois o Coordenador do Distrito Federal atua no PME entre um ano e um ano e onze meses, enquanto 30,0% dos coordenadores de Goiás e 50,0% dos do Mato Grosso estão na mesma situação. O Estado do Mato Grosso apresenta ainda outro dado interessante: 25,0% dos coordenadores do Programa (que corresponde a 1 dos respondentes) possuem menos de um ano de experiência, o que pode estar associado ao fato de, no início de 2013, novos gestores municipais terem sido empossados em decorrência das eleições de 2012, alguns dos quais indicaram novos nomes para ocupar os cargos de coordenadores do PME no Estado.

Ainda de acordo com os dados sistematizados na Tabela 3, Goiás é o Estado do Centro-Oeste cujos coordenadores do PME possuem maior tempo de atuação: 50,0% deles estão no Programa entre três anos e três anos e onze meses, e 20,0% estão lá há quatro anos ou mais, o que, sem dúvida, contribui para aumentar os percentuais da Região nesse aspecto, junto ao cenário nacional. Essa variação na Região Centro-Oeste pode estar relacionada ao fato de a Educação Integral em Goiás ter sido implantada antes do PME.

3 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E OUTRAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Como destacado no Gráfico 1, 36,8% dos coordenadores do PME indicaram que a Região Centro-Oeste já possuía experiência em Educação Integral anteriormente à implementação do Programa Mais Educação.

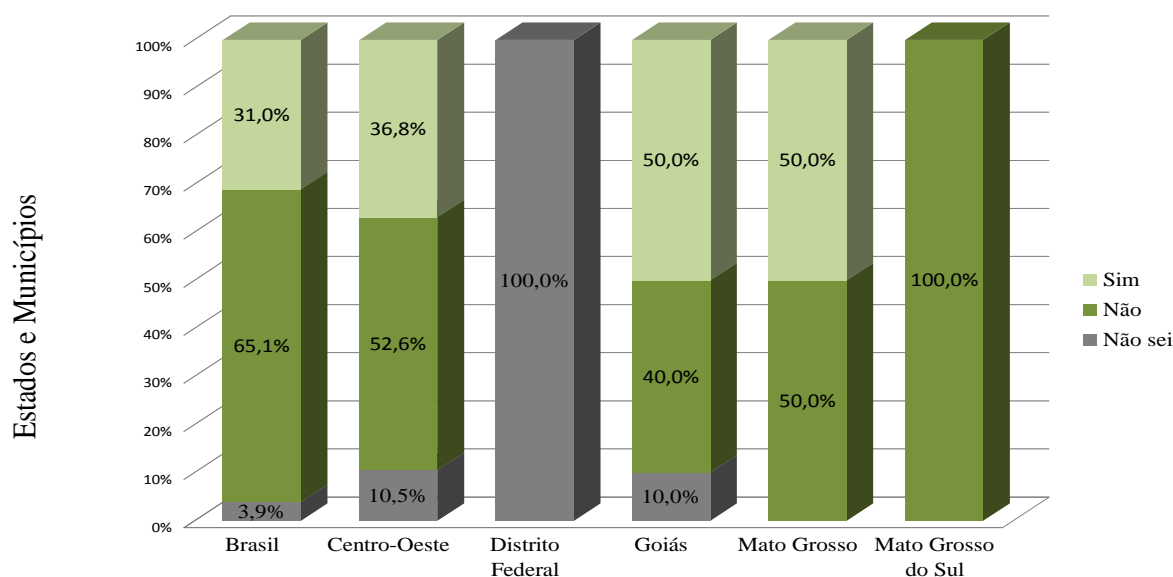


GRÁFICO 1 – Presença de experiências de Educação Integral anteriores ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Fonte: Todos os gráficos constantes neste relatório foram elaborados por seus autores, tomando como base os dados dos questionários *on-line* respondidos pelos coordenadores do Programa Mais Educação das redes estaduais/municipais de ensino do Brasil e da Região Centro-Oeste.

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Porém, os coordenadores que responderam ao questionário desta pesquisa apontam que, dos estados que compõem a Região, somente Goiás e Mato Grosso contavam com experiências de Educação Integral antes de 2008, alcançando 50,0% dos municípios desses estados, enquanto 100,0% dos respondentes do Mato Grosso do Sul disseram que não haviam sido implementadas essas experiências, e, no Distrito Federal, eles afirmaram não saber nada a respeito do assunto.

4 AÇÃO INTERSETORIAL E OUTRAS PARCERIAS

Uma das características do Programa Mais Educação é a articulação de ações e parcerias do governo com instituições e organizações presentes na sociedade brasileira. A seguir, abordar-se-á como as ações intersetoriais e outras parcerias, relacionadas ao Programa, estão ocorrendo na Região Centro-Oeste.

4.1 Intersectorialidade

A intersectorialidade se constitui em uma importantíssima articulação para a implementação da Educação Integral. Essa articulação, entendida como ações conjuntas, é fundamental para o desenvolvimento do Programa Mais Educação, como mostra o Gráfico 2.

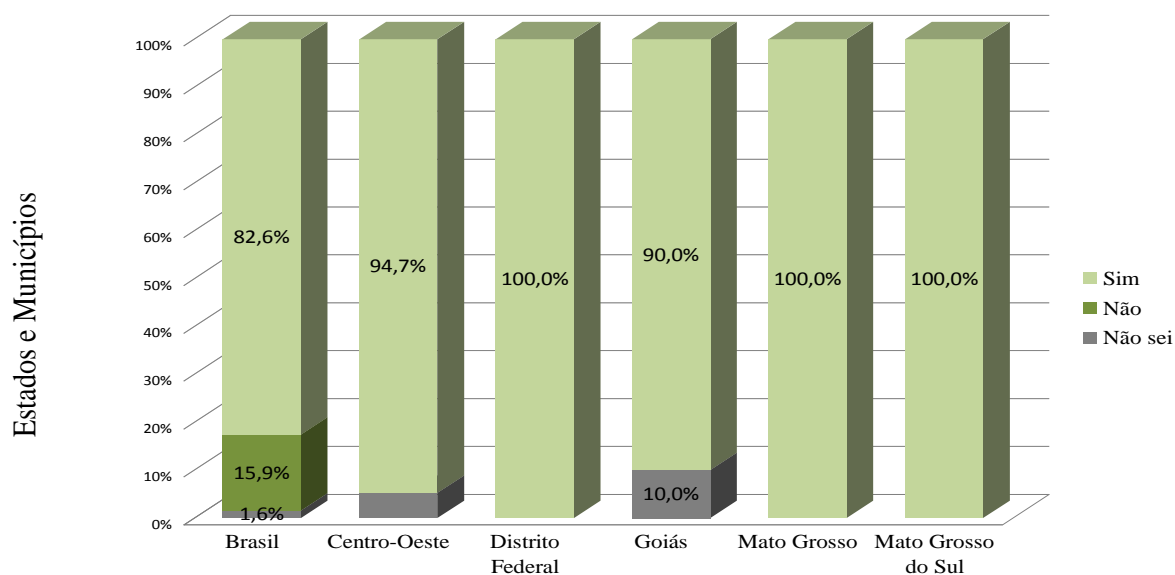


GRÁFICO 2 – Articulação do Programa Mais Educação com outros programas do Governo Federal, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

De acordo com os dados sistematizados no Gráfico 2, no Centro-Oeste, o elevado índice de articulação do Programa Mais Educação com outros programas do Governo Federal salta aos olhos e supera os índices nacionais, os quais giram em torno de 82,6%, contra 94,7% do que se vê nessa Região. Além disso, o Distrito Federal, o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul, de acordo com os coordenadores do PME, possuem 100,0% de integração com outros programas do Governo Federal, enquanto o Estado de Goiás, também acima da média nacional, apresenta um índice de 90,0% no mesmo quesito.

Os dados apresentados no Gráfico 2 são complementados pela Tabela 4, a qual apresenta os programas do Governo Federal com os quais o Programa Mais Educação está articulado, destacando parcerias com os Programas Bolsa Família (PBF), Segundo Tempo (PST), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e Saúde na Escola (PSE), entre outros, que serão detalhados a seguir.

TABELA 4 – Programas do Governo Federal articulados com o Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Programas	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Programa Bolsa Família (PBF)	83,1	88,9	100,0	88,9	75,0	100,0
Programa Segundo Tempo (PST)	78,9	94,4	100,0	100,0	100,0	75,0
Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola)	77,0	77,8	100,0	77,8	75,0	75,0
Programa Saúde na Escola (PSE)	58,2	66,7	100,0	55,6	75,0	75,0
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)	56,3	55,6	-	55,6	75,0	50,0
Programa Escola Aberta (PEA)	46,5	55,6	100,0	55,6	75,0	25,0
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)	38,0	50,0	-	55,6	50,0	50,0
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	22,5	33,3	-	22,2	50,0	50,0
Programa Escola que Protege (EqP)	4,7	-	-	-	-	-

Programas	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Sentinela	1,9	5,6	-	11,1	-	-
Outro(s)	5,6	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (213), Centro-Oeste (18), Distrito Federal (1), Goiás (9), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Se, por um lado, se percebe a integração do Programa Mais Educação com diversos outros programas, verifica-se, por outro, a ausência de interação do Programa Escola que Protege (EqP) com o PME, já que o EqP está presente em apenas 4,7% do território nacional e não aparece em nenhum estado da Região Centro-Oeste. Diante disso, seria possível inferir que os enfrentamentos da violência no contexto escolar foram amenizados com o Mais Educação, principalmente em virtude da ampliação da jornada escolar e da realização de oficinas socioeducativas? E ainda, quais são os desafios da articulação da escola com as políticas de proteção social? Esses questionamentos serão analisados na pesquisa qualitativa, que será elaborada posteriormente. No momento, o que se percebe é a evidência das interfaces com a Mandala¹ do Mais Educação, a qual “reúne os principais ingredientes que devem integrar a elaboração dos projetos pedagógicos” (BRASIL, 2014d, p. 33), com prioridade e estruturação a partir dos saberes escolares e comunitários e dos programas federais (BRASIL, 2014d). Isso mostra que a Mandala tem relação direta com a questão curricular e que o próprio PME nasceu intersetorialmente.

O Gráfico 3 indica que, em nível regional, com exceção do Distrito Federal, se percebe pouca interação do PME com os programas/políticas/ações desenvolvidos pelos governos locais, o que instiga questionar como eles articularão posteriormente suas ações no caso de corte dos recursos e fomentos promovidos pelo Programa Mais Educação.

¹ Proposta pedagógica de articulação dos saberes escolares e saberes locais (BRASIL, 2014d).

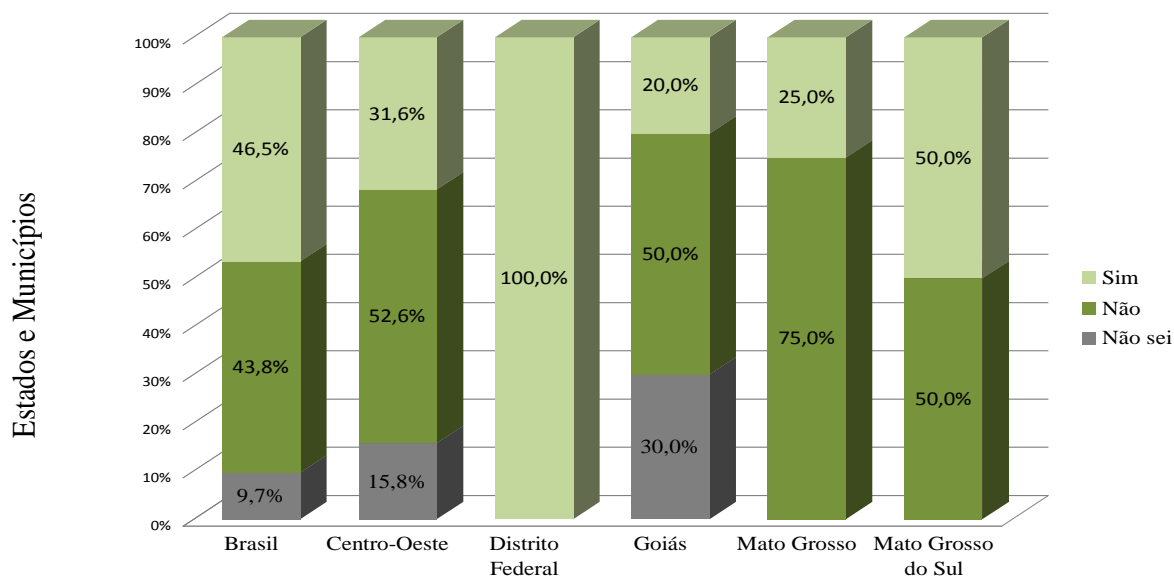


GRÁFICO 3 – Articulação do Programa Mais Educação com outros programas, ações e políticas desenvolvidos no âmbito do estado/município, no Brasil e na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

De acordo com os dados sistematizados no Gráfico 3, no Brasil, a não articulação do Programa Mais Educação com programas, ações e políticas desenvolvidos no âmbito municipal e estadual é de 43,8%. No Centro-Oeste, esse índice é de 52,6%, considerando-se que o Coordenador do Distrito Federal afirmou haver a integração, enquanto 75,0% dos coordenadores do PME mato-grossense e 50,0% dos de Goiás e do Mato Grosso do Sul dizem que a integração não existe. O Gráfico 3 mostra ainda que o Estado do Mato Grosso do Sul se destaca dos demais por apresentar ou promover, de forma equilibrada, ações articuladas entre o âmbito municipal e o PME. Isso sugere uma investigação, de cunho qualitativo, a respeito das particularidades e articulações feitas com os programas/políticas/ações na gestão do governo local. E, ainda, é mister observar se esse fato poderia estar relacionado à não, ou à pequena, existência de outros programas/políticas/ações e/ou o fato de a própria oferta da jornada ampliada não estar enraizada nas políticas locais.

Outro ponto importante revelado por esta pesquisa é a indicação de que os coordenadores do Programa Mais Educação realizam gestão em outros programas federais articulados ao PME, com especial destaque para o Programa

Bolsa Família. De acordo com o que indica o Gráfico 4, pode-se argumentar que essa gestão compartilhada de programas fomenta uma atenção diferenciada aos alunos do Bolsa Família.

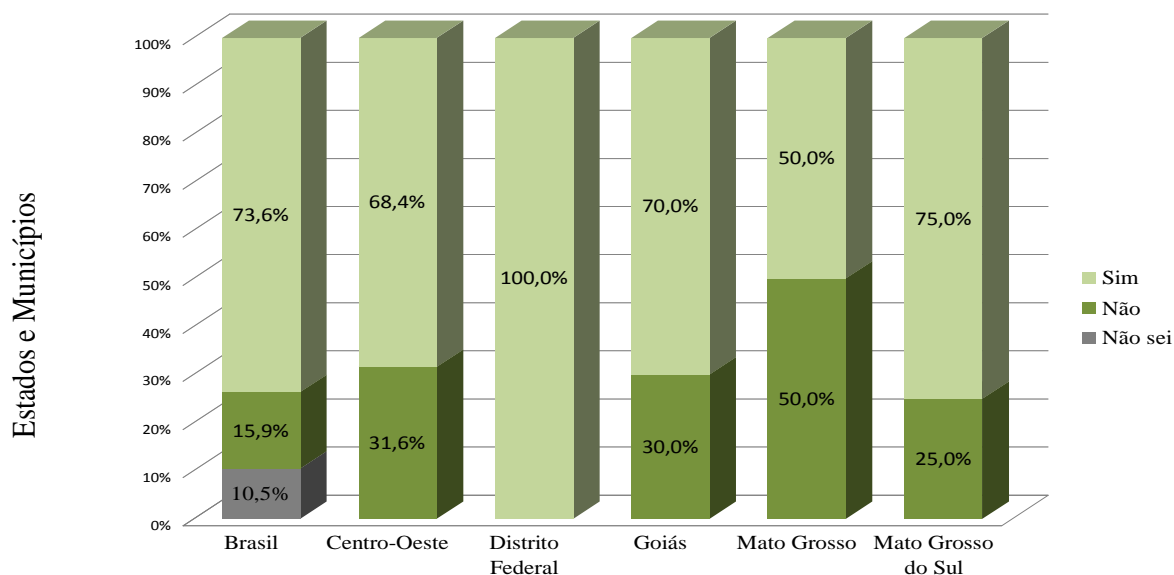


GRÁFICO 4 – Prioridade de atendimento aos educandos contemplados pelo Programa Bolsa Família no Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Os dados do Gráfico 4 sugerem que o educando beneficiado pelo Programa Bolsa Família, além da prioridade de atendimento, pode ainda ter possibilidades educativas de forma diferenciada, com destaque para o fato de que a prioridade desse benefício é uma orientação do Governo Federal no sentido de focar as políticas nos sujeitos. Além disso, muitas vezes, o Coordenador do Mais Educação também atua em outro programa, isso facilita que o aluno participe de várias ações socioeducativas conjuntas, as quais contribuirão, de forma diferenciada, em sua formação. Diante disso, acredita-se que essa realidade refletirá de forma acentuada no combate à desigualdade social, o que sugere que o acúmulo de coordenações, como o PME e o PBF, pode ser positivo, pois permite que o próprio gestor integre ações e promova uma maior inclusão desses educandos.

A amplitude de escolas comprometidas em priorizar o atendimento dos alunos vinculados ao PBF pode ser vista na Tabela 5.

TABELA 5 – Escolas que priorizam a inserção de educandos participantes do Programa Bolsa Família no Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Escolas	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Parte das escolas	87,4	84,6	-	-	-	-
Todas as escolas	9,5	15,4	-	-	-	-
Não sei	3,2	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (190), Centro-Oeste (13), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

A Tabela 5 revela que o Centro-Oeste insere no PME 5,9% a mais de estudantes do PBF, em comparação ao que é apresentado nacionalmente, quando se trata de todas as escolas. Todavia, o maior percentual da Região recai sobre o quesito “parte das escolas”, apresentando um índice 2,8% menor do que o constatado no Brasil.

4.2 Outras parcerias

As parcerias estabelecidas pelo Programa Mais Educação são entendidas como oportunidades educativas e, assim sendo, não se limitam às esferas do poder público ou governamental, estendendo-se também à comunidade local. A respeito disso, os dados da pesquisa revelam que, no Centro-Oeste, os sistemas/redes estaduais/municipais respondentes estabeleceram parcerias com diferentes instituições sociais, como mostra a Tabela 6.

TABELA 6 – Parcerias do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Parcerias	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Pessoas da comunidade	75,3	86,7	100,0	87,5	100,0	66,7
Associação(ões) comunitária(s)	66,3	53,3	100,0	50,0	66,7	33,3
Igreja(s)	64,2	66,7	100,0	62,5	66,7	66,7
Instituição(ões) de Ensino Superior	42,6	60,0	100,0	50,0	33,3	100,0
Centro(s) cultural(is)	40,0	40,0	100,0	25,0	66,7	33,3
Clube(s)	38,4	46,7	100,0	50,0	66,7	-
Parque(s)	30,5	33,3	100,0	12,5	66,7	33,3
Centro(s) social(is)	27,4	20,0	100,0	25,0	-	-
ONG(s)	26,3	20,0	100,0	25,0	-	-
Academia(s)	25,8	53,3	100,0	75,0	-	33,3
Espaço(s) de comunicação midiática (rádio, TV, jornal)	23,7	13,3	-	-	33,3	33,3
Espaço(s) militar(es)	17,9	20,0	100,0	25,0	-	-
Museu(s)	14,2	20,0	-	-	66,7	33,3
Outra(s)	13,2	6,7	100,0	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (190), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (8), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (3).

Em relação aos dados da Tabela 6, as parcerias mais frequentes do Programa Mais Educação estão relacionadas às pessoas da comunidade (86,7%), às igrejas (66,7%), às instituições de Ensino Superior (60,0%) e às associações comunitárias (60,6%). No que concerne às parcerias com pessoas da comunidade, 100,0% dos coordenadores do Mato Grosso indicaram a sua existência, e um índice bem menor ocorre em Goiás (87,5%) e no Mato Grosso do Sul (66,7%). Isso faz pensar que essas diferenças podem ter relação com aspectos ligados às características da gestão e/ou ao potencial de parcerias em cada contexto.

Ainda de acordo com a Tabela 6, o maior percentual de parcerias de Goiás é justamente com pessoas da comunidade, e o mesmo ocorre em todos os entes federados do Mato Grosso. Já no Mato Grosso do Sul, as parcerias com as instituições de Ensino Superior é que apareceram na totalidade das respostas dos coordenadores do PME.

Nacionalmente, é notável o fato de a maior parte das parcerias do PME envolver as pessoas da comunidade (75,3%), as associações comunitárias (66,3%) e as igrejas (64,2%). Porém, se comparados aos percentuais do Centro-Oeste, os índices apresentam variações: 86,7% dos coordenadores confirmaram as parcerias do PME com pessoas da comunidade (11,4% a mais do que a média nacional); 53,3%, com associações comunitárias (13,0% a menos do que a média nacional); e 66,7%, com igrejas (2,5% a mais do que a média nacional). Por outro lado, no Centro-Oeste, as parcerias do PME com as instituições de Ensino Superior são 17,4% maiores do que a média brasileira, o que indica uma forte presença das universidades nas escolas, especialmente no Distrito Federal e no Mato Grosso do Sul (100,0%).

O maior índice obtido entre as parcerias do PME com as pessoas da comunidade, no Centro-Oeste, remete à aproximação da escola pública com os saberes populares, os quais se caracterizam como importantes conteúdos para a aprendizagem. Os dados mostram ainda que a escola pública articula suas atividades pedagógicas em outros espaços, fomentando a ocupação dos territórios educativos que a cidade oferece. Paralelamente, os dados também sinalizam que a igreja tem contribuído nesse processo, provavelmente disponibilizando os espaços físicos para a execução das oficinas do PME e para as apresentações de atividades dos educandos do Programa.

Um olhar mais cuidadoso na Tabela 6 leva a inferir que os clubes e os espaços militares passaram a ser visitados, frequentados e, até mesmo, repensados como potencialidades de aprendizagem.

No que tange à contrapartida dos parceiros do Programa Mais Educação, é possível constatar, por meio da Tabela 7, que, no Centro-Oeste, 40,0% dos sistemas/redes estaduais/municipais oferecem algum tipo de contrapartida a todos, ou a alguns, parceiros.

TABELA 7 – Contrapartida do estado/município aos parceiros do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Ofereceu alguma contrapartida?	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Sim, a todos os parceiros	14,2	13,3	100,0	12,5	-	-
Sim, a alguns parceiros	35,3	26,7	-	25,0	66,7	-
SUBTOTAL	49,5	40,0	100,0	37,5	66,7	-
Não	47,9	60,0	-	62,5	33,3	100,0
Não sei	2,6	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	51,5	60,0	-	62,5	33,3	100,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (190), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

É interessante perceber que o Centro-Oeste está abaixo da média nacional, apresentando índices percentuais inferiores, de 0,9%, no que tange à contrapartida oferecida a todos os parceiros, e de 8,6%, no que se refere à contrapartida concedida a alguns parceiros. A Região também supera a média brasileira em relação à não oferta de contrapartida: 60,0% dos coordenadores responderam que a contrapartida não existe, contra uma porcentagem nacional de 47,9%.

O cruzamento de dados entre o tipo de parceria e a contrapartida que lhe é oferecida pelos governos locais mostra que a reforma e/ou a manutenção dos espaços bem como a execução de serviços gerais se constituem nas contrapartidas mais usuais, especialmente em igrejas, associações comunitárias e organizações não governamentais.

De acordo com as respostas dos coordenadores, destacam-se ainda, como forma de contrapartida aos parceiros do PME, o investimento em bolsas para graduandos, no Distrito Federal e no Mato Grosso (50,0%), e a redução de imposto e incentivo fiscal, este último presente somente no Distrito Federal, o que pode revelar o porquê da parceria do PME com o setor privado no Centro-Oeste ocorrer apenas ali, conforme indica a Tabela 6. Além disso, o investimento dos gestores do PME, no Mato Grosso, nas bolsas para discentes de cursos de graduação confirma outro dado da Tabela 6, pois 33,3% dos coordenadores afirmaram a existência de parcerias com instituições de Ensino Superior.

5 PARTICIPAÇÃO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Programa Mais Educação se caracteriza como indutor de estratégias pedagógicas diversas, as quais envolvem parceiros (governos e entidades locais) e estabelecem alianças com a comunidade local e com as famílias. Nessa perspectiva, há de se destacar sobre o PME que: “[...] o sucesso de seu trabalho em muito pode enriquecer-se ao ampliarem-se as trocas com outras instâncias sociais” (BRASIL, 2014d, p. 15).

Verificou-se, nesta pesquisa, que o processo de implementação do PME na Região Centro-Oeste se efetivou com elevados índices de participação da comunidade escolar nas assembleias escolares (62,5%), nas reuniões do Conselho Escolar (56,3%) e na articulação entre escolas (43,8%), como mostra a Tabela 8. E isso sugere analisar, no âmbito de uma pesquisa qualitativa, a participação dos movimentos sociais, ou participação popular, na Região.

TABELA 8 – Formas de participação da comunidade escolar no processo de implementação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Formas de participação	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Reunião(ões) do Conselho Escolar	62,1	56,3	-	62,5	50,0	50,0
Assembleia(s) geral(is) da escola	49,8	62,5	-	50,0	75,0	75,0
Articulação entre escolas	44,7	43,8	-	62,5	-	50,0
Outra(s)	8,9	6,2	-	12,5	-	25,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (235), Centro-Oeste (16), Distrito Federal (0), Goiás (8), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

6 GESTÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO/DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

A implantação do Programa Mais Educação pode provocar mudanças significativas nas Secretarias Estadual e Municipal de Educação, principalmente em função da ampliação da jornada escolar, que ressignifica o tempo e o espaço escolar. Essas alterações podem, ou não, ser normalizadas e/ou contempladas no planejamento anual de gestão do Programa e na criação de setores específicos ligados à Educação Integral. No Centro-Oeste, constatou-se, por meio dos dados, um número muito reduzido de respostas positivas a esse respeito, apenas cinco.

7 COMITÊS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Os comitês de Educação Integral (Comitê Metropolitano/Territorial e Comitê Local) são espaços de conexões de vivências, experiências, ações e gestões compartilhadas, cuja função principal é a articulação de debates sobre as possibilidades e desafios da Educação Integral na Região Centro-Oeste.

De acordo com as respostas dos coordenadores do PME no Centro-Oeste ao questionário desta pesquisa, apenas um estado na Região evidenciou ter constituído seu Comitê Metropolitano/Territorial, o qual ainda continua em funcionamento. Isso revela a necessidade de serem direcionados esforços voltados para o desenvolvimento e fortalecimento dessas instâncias estratégicas de gestão da Educação Integral.

No Centro-Oeste, apenas cinco (26,3%) do total de estados/municípios pesquisados evidenciaram ter criado seu Comitê Local, reiterando a compreensão de que, de modo geral, essas instâncias de gestão da Educação Integral ainda carecem de ser implantadas de forma mais ampla, na Região. Na tabela 9, podemos averiguar algumas características dos comitês locais de Educação Integral.

TABELA 9 – Características dos comitês locais de Educação Integral, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Características	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Presença de normatizações já instituídas ou em tramitação, associadas à criação do Comitê Local	33,7	40,0	-	100,0	33,3	-
Contribuiu/vem contribuindo para a formulação de um plano de ação voltado para o PME	78,3	100,0	-	100,0	100,0	100,0
Estados/municípios em que o Comitê Local acompanha outras experiências de Educação Integral ⁽¹⁾	50,6	60,0	-	100,0	66,7	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (83), Centro-Oeste (5), Distrito Federal (0), Goiás (1), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (1).

⁽¹⁾ Essa pergunta abrangeu exclusivamente os sistemas/redes estaduais/municipais de ensino que desenvolviam outras experiências de Educação Integral.

A pesquisa revelou ainda que os cinco comitês locais criados nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul vêm contribuindo para a formulação de um plano de ações associado ao Programa Mais Educação. Em relação ao Distrito Federal, no qual não se observa a presença de comitês, há que se refletir sobre isso com maior profundidade, talvez no âmbito de uma análise qualitativa, pois, conforme apontam dados anteriormente citados, é nessa localidade que, em diversos aspectos, o PME encontra maiores índices, como na gestão da Educação Integral, na integração com a sociedade e no aporte institucional e organizacional, uma contradição diante da inexistência de comitês metropolitanos/territoriais e locais. Assim, esse contexto talvez possa se originar de dinâmicas próprias do Distrito Federal e do histórico que ele possui com outras experiências relacionadas à Educação Integral.

No Centro-Oeste, a composição dos comitês está associada às comunidades escolar e local, sendo os diretores de escola e os professores comunitários os agentes mais citados pelos coordenadores do PME, com 100,0% de indicações nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A presença da família e outros atores sociais, como os profissionais que atuam em diferentes programas governamentais e não governamentais, também é muito forte. Isso sinaliza que cada um desses agentes poderá contribuir com estratégias diferenciadas para a caracterização da Educação Integral, conforme indicado no texto *Programa Mais Educação: Passo a Passo* (BRASIL, 2014b).

8 FINANCIAMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO/DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

O financiamento da educação em tempo integral é um fator importante para a sua implementação e se configura em um regime de colaboração entre a união, os estados e os municípios.

Os recursos da educação em tempo integral são distribuídos pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e variam de acordo com o número de alunos matriculados no PME.

Os dados desta pesquisa, conforme expresso na Tabela 10, mostram que, no Centro-Oeste, a maior parte dos estados/municípios pesquisados (78,9%) considera que os recursos encaminhados pelo Mais Educação, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE/Educação Integral), “viabilizaram parcialmente a implantação do Programa”. Contudo, uma parcela significativa (21,0%) considera que o PDDE/Educação Integral “viabilizou totalmente a implantação do Programa”.

TABELA 10 – Recursos do PDDE/Educação Integral para o financiamento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Recursos	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Viabilizaram totalmente a implantação do PME	27,5	21,1	-	30,0	-	25,0
Viabilizaram parcialmente a implantação do PME	67,1	78,9	100,0	70,0	100,0	75,0
Viabilizaram minimamente a implantação do PME	4,7	-	-	-	-	-
Não sei	0,8	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Tal como mostra a Tabela 11, é possível constatar que, no Centro-Oeste, os recursos encaminhados por meio do PDDE/Educação Integral são destinados para quatro frentes, quais sejam: (1) aquisição de *kits* e de outros materiais; (2) pagamento de pessoal, incluindo os monitores; (3) aquisição/conserto e manutenção de equipamentos; (4) reformas de espaços escolares e outros espaços educativos.

TABELA 11 – Destinação dos recursos do PDDE/Educação Integral para o financiamento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Destinação dos recursos	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Aquisição de <i>kits</i> de materiais vinculados aos macrocampos/oficinas do PME	96,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Aquisição de outros materiais vinculados aos macrocampos/oficinas do PME	86,0	84,9	100,0	90,0	75,0	75,0
Aquisição de equipamentos	81,4	94,7	100,0	90,0	100,0	100,0
Pagamento de pessoal ⁽¹⁾	81,4	94,7	100,0	90,0	100,0	100,0
Consertos/manutenções de equipamentos	64,3	73,7	100,0	80,0	75,0	50,0
Reformas de espaços escolares	48,8	-	-	-	-	-
Alimentação	43,4	57,9	100,0	50,0	25,0	100,0
Reformas de outros espaços educativos	21,3	15,8	-	10,0	50,0	-
Transporte escolar	19,4	15,8	100,0	20,0	-	-
Acesso a programações culturais ⁽²⁾	5,8	-	-	-	-	-
Outro(s)	1,0	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

⁽¹⁾ Compreende o ressarcimento de despesas de alimentação e/ou transporte de pessoa física.

⁽²⁾ Essa categoria teve origem na categoria “outros”, tendo sido disposta em separado na tabela.

A Tabela 11 indica que o destino dos recursos encaminhados pelo PDDE para o financiamento do Programa Mais Educação atende as orientações do *Manual*

Operacional de Educação Integral, cujos dados desnudam o financiamento como um importante instrumento para a implementação do PME nas escolas do Centro-Oeste (BRASIL, 2014e).

É pertinente ressaltar que os dados revelam que uma pequena parcela dos recursos é destinada ao transporte, o que sugere que as escolas da Região têm oportunizado, de forma limitada, visitas a espaços públicos, como museus, teatros, cinemas e outros, podendo indicar, por outro lado, que já possuem transporte e não usam os recursos do PME para essa finalidade.

Em suma, os recursos destinados ao financiamento do Programa Mais Educação têm reorganizado e ressignificado inúmeras possibilidades de aprendizagem, seja na aquisição de materiais, seja na presença de novos profissionais educativos, seja nas refeições diárias e nas possibilidades de conhecer outros saberes fora dos muros da escola.

Segundo onze dos coordenadores respondentes (57,9%), os entes federados aplicam recursos orçamentários adicionais, além dos do PDDE/Educação Integral, no desenvolvimento do PME. Os dados sistematizados na Tabela 12 indicam em que esses recursos são aplicados.

TABELA 12 – Destinação dos recursos adicionais aplicados no desenvolvimento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Destinação dos recursos adicionais	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Reformas de espaços escolares	70,1	63,6	100,0	42,9	100,0	100,0
Pagamento de pessoal	68,1	63,6	100,0	57,1	100,0	50,0
Alimentação	65,3	81,8	100,0	71,4	100,0	100,0
Consertos/manutenções de equipamentos	59,7	72,7	100,0	57,1	100,0	100,0
Transporte escolar	57,6	54,5	100,0	42,9	-	100,0
Aquisição de equipamentos	46,5	72,7	100,0	57,1	100,0	100,0
Reformas de outros espaços educativos	35,4	18,2	-	-	-	50,0

Destinação dos recursos adicionais	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Aquisição de materiais para as oficinas do PME	22,9	18,2	100,0	14,3	-	-
Aluguel de espaços	5,6	5,0	-	-	-	-
Formação de equipe	2,1	-	-	-	-	-
Outro(s)	2,1	18,2	-	14,3	100,0	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (144), Centro-Oeste (11), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (1) e Mato Grosso do Sul (2).

Verifica-se que os recursos (Tabela 12) estão sendo aplicados em situações básicas, o que sugere que as escolas de tempo integral podem estar agilizando processos administrativos da gestão para suprir necessidades de equipamentos e de espaços pedagógicos.

Como pode ser confirmado na Tabela 13, apenas 42,1% dos estados/municípios respondentes evidenciaram apresentar estratégia(s) própria(s) de envio direto de dinheiro dos recursos orçamentários adicionais para as suas escolas de Educação Integral.

TABELA 13 – Presença de estratégia(s) de envio de recursos adicionais direto para as escolas de Educação Integral (afora o do PDDE/FNDE), no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Estratégia(s) própria(s) de descentralização financeira	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Sim	28,7	42,1	100,0	50,0	25,0	25,0
Não	63,6	52,6	-	50,0	75,0	50,0
Não sei	7,8	5,3	-	-	-	25,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Os dados da Tabela 13 indicam que o respondente do Distrito Federal afirmou a existência de estratégias de envio direto de recursos para as escolas de

Educação Integral. E 75,0% dos respondentes do Mato Grosso e a metade dos de Goiás e do Mato Grosso do Sul disseram que isso não ocorre em seus estados/municípios, enquanto 25,0% dos do MS disseram ainda não saber nada a respeito.

9 DIRETRIZES CURRICULARES, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Indagou-se, nesta pesquisa, se a presença do Programa Mais Educação possibilitou a criação, alteração ou ampliação das Diretrizes Curriculares nos estados/municípios investigados na Região Centro-Oeste, e, entre os coordenadores do PME respondentes, 47,4% responderam que sim, como demonstra o Gráfico 5.

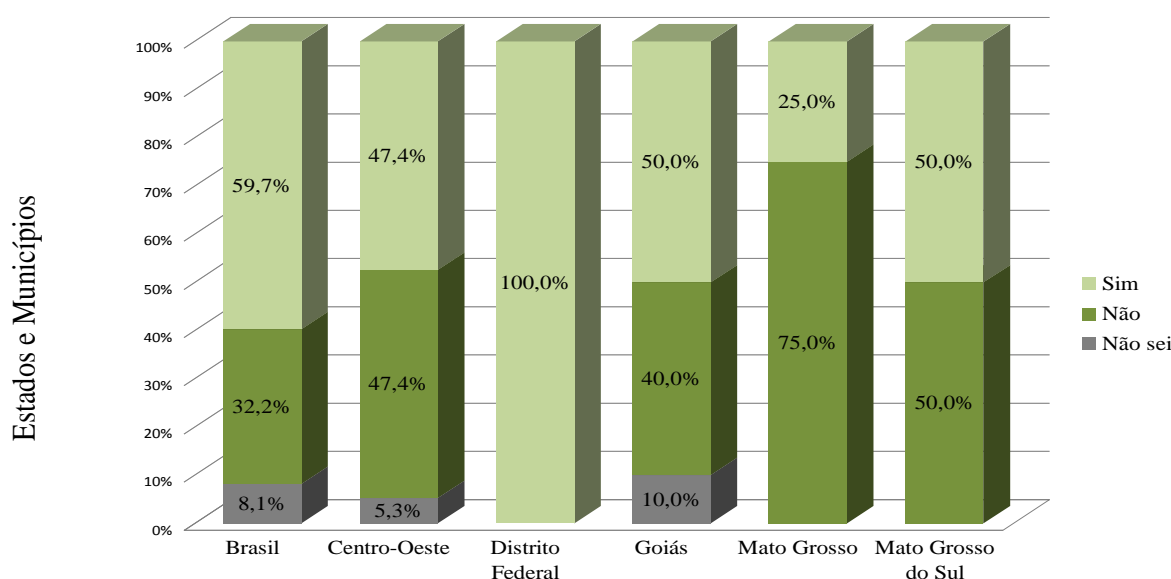


GRÁFICO 5 – Estabelecimento, alteração ou ampliação das Diretrizes Curriculares por influência do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

No Gráfico 5, observa-se que a média percentual do Centro-Oeste está 12,3% abaixo da nacional no que se refere ao estabelecimento, alteração ou ampliação das Diretrizes Curriculares. Nesse contexto, há ainda que se considerar que, no Distrito Federal, o seu único Coordenador respondeu positivamente à questão, assim como o fez a metade dos coordenadores dos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul e apenas 25,0% dos que estão lotados no Mato Grosso. Diante disso, compreende-se importante explorar essa questão na parte qualitativa desta pesquisa, uma vez que os dados indicam lacunas que precisam ser compreendidas e supridas na Região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal, a exemplo do

alto índice dos respondentes que afirmaram que a implantação da Educação Integral não influenciou a discussão das Diretrizes Curriculares.

Outro importante fator identificado nesta pesquisa se refere às dimensões curriculares sobre as quais incidiram a influência do PME no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, como pode ser observado na Tabela 14.

TABELA 14 – Dimensões curriculares estabelecidas, alteradas ou ampliadas a partir da adesão ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Dimensões do currículo	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Organização do espaço	88,3	88,9	100,0	80,0	100,0	100,0
Organização do tempo	84,4	77,8	100,0	60,0	100,0	100,0
Inclusão de outros saberes/temáticas	78,6	66,7	100,0	60,0	100,0	50,0
Inclusão de outros profissionais/atores culturais da comunidade	76,0	88,9	100,0	80,0	-	100,0
Conceito de aprendizagem	66,9	88,9	100,0	80,0	100,0	100,0
Organização curricular	64,9	66,7	100,0	40,0	100,0	100,0
Avaliação	59,7	66,7	-	80,0	-	100,0
Gestão democrática	56,5	55,6	-	60,0	100,0	50,0
Política de formação de professores	48,7	22,2	-	20,0	100,0	-
Conselho Escolar	45,5	33,3	-	60,0	-	-
Adoção, produção, reelaboração de materiais didáticos	34,4	22,2	-	40,0	-	-
Não sei	0,6	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (154), Centro-Oeste (9), Distrito Federal (1), Goiás (5), Mato Grosso (1) e Mato Grosso do Sul (2).

A Tabela 14 indica mudanças significativas no que tange aos elementos curriculares (organização do espaço escolar, conceito de aprendizagem e inclusão de novos atores sociais), a partir da adesão da Região Centro-Oeste ao Programa. Acredita-se que essas alterações podem influenciar a implementação da escola de

tempo integral e sugerem que a comunidade escolar deva ter consciência de que a ampliação da jornada escolar requer a (re)organização do tempo e do espaço da escola, bem como a (re)configuração da aprendizagem, a qual passa a extrapolar o currículo regular, contemplando uma formação que perpassa pelo lazer, pelo esporte e pela cultura.

Nessa mesma perspectiva, o Gráfico 6 mostra expressivamente que, em todos os estados da Região Centro-Oeste, o Programa Mais Educação fomentou a reelaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das escolas.

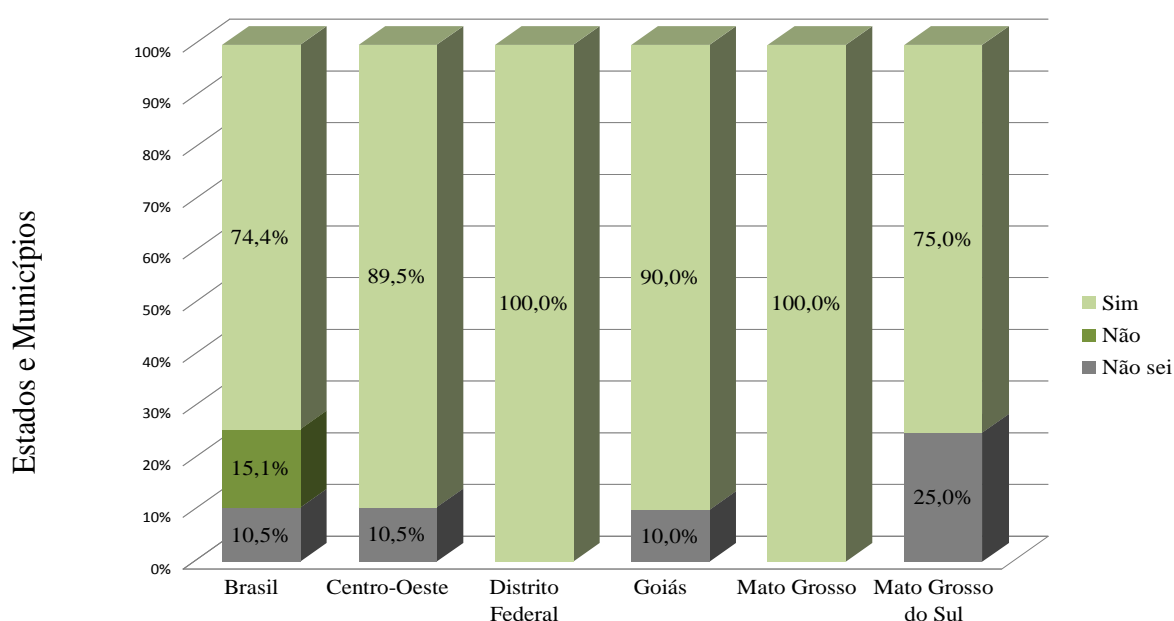


GRÁFICO 6 – Projetos Político-Pedagógicos das escolas (re)elaborados por influência do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Esse percentual expressivo de respondentes que confirmam a reformulação dos PPPs de suas escolas após o PME indica cumprimento à proposta do Programa e sugere que os objetivos elencados estão sendo cumpridos nas redes estaduais/municipais da Região.

10 A ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS

A Educação Integral requer não somente mudanças na jornada escolar mas também exige da escola pública uma reorganização na gestão, no PPP, nas atividades propostas e na concepção de tempo e de espaços educativos.

Nessa perspectiva, esta pesquisa procurou verificar se a implantação do Programa Mais Educação nas escolas possibilitou essa reorganização e em que aspectos isso ocorreu, além de identificar se tais mudanças se estenderam a outras escolas que não foram contempladas pelo PME.

10.1 Oficinas

O PME aumenta a jornada escolar em, no mínimo, sete horas diárias e, conseqüentemente, deve proporcionar ao educando condições de qualidade para que essas horas a mais na escola sejam significativas. Assim, uma das propostas do Programa é desenvolver atividades educacionais complementares, agrupadas em macrocampos, adaptadas às condições reais da escola, realizadas no turno inverso ao das aulas regulares e organizadas em oficinas (BRASIL, 2014a).

Nessa perspectiva, esta pesquisa investigou a forma como tais oficinas são desenvolvidas nas escolas. Na Região Centro-Oeste, a maior parte dos estados/municípios respondentes afirmou que as oficinas do Programa Mais Educação são desenvolvidas no contraturno escolar, como pode ser verificado na Tabela 15.

TABELA 15 – Formas de organização das oficinas/atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Organização das oficinas	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Oficinas organizadas no contraturno escolar	87,2	94,7	100,0	100,0	75,0	100,0
Oficinas mescladas em algumas escolas e, em outras, no contraturno	9,7	5,3	-	-	25,0	-
Oficinas mescladas com aulas regulares	2,7	-	-	-	-	-
Não sei	0,4	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

A Tabela 15 indica que, no Centro-Oeste, a média percentual das escolas que organizam oficinas do PME no contraturno escolar é 7,5% superior à nacional, sendo que a mescla dessas atividades no turno regular e contraturno é 4,4% inferior. Todavia, 100,0% dos coordenadores do Distrito Federal, de Goiás e do Mato Grosso do Sul que responderam ao questionário afirmaram a ocorrência das oficinas no contraturno, enquanto que, no Mato Grosso, esse índice é de 75,0%, ou seja, abarca a maioria das respostas. A dinâmica de funcionamento de cada uma das formas de organizar essas oficinas bem como o modo como elas ocorrem e os conteúdos que elas abarcam deverão ser contemplados na parte qualitativa desta pesquisa.

10.2 Alimentação

A ampliação da jornada escolar gera ainda a necessidade da oferta de mais alimentação aos educandos, alterando significativamente a gestão da escola, seja na contratação de mais merendeiras, seja na aquisição de produtos

alimentícios, seja nos recursos² para alimentação escolar. De acordo com o Gráfico 7 a seguir, é possível perceber o número total de refeições fornecidas aos educandos pelo conjunto de estados/municípios da Região Centro-Oeste:

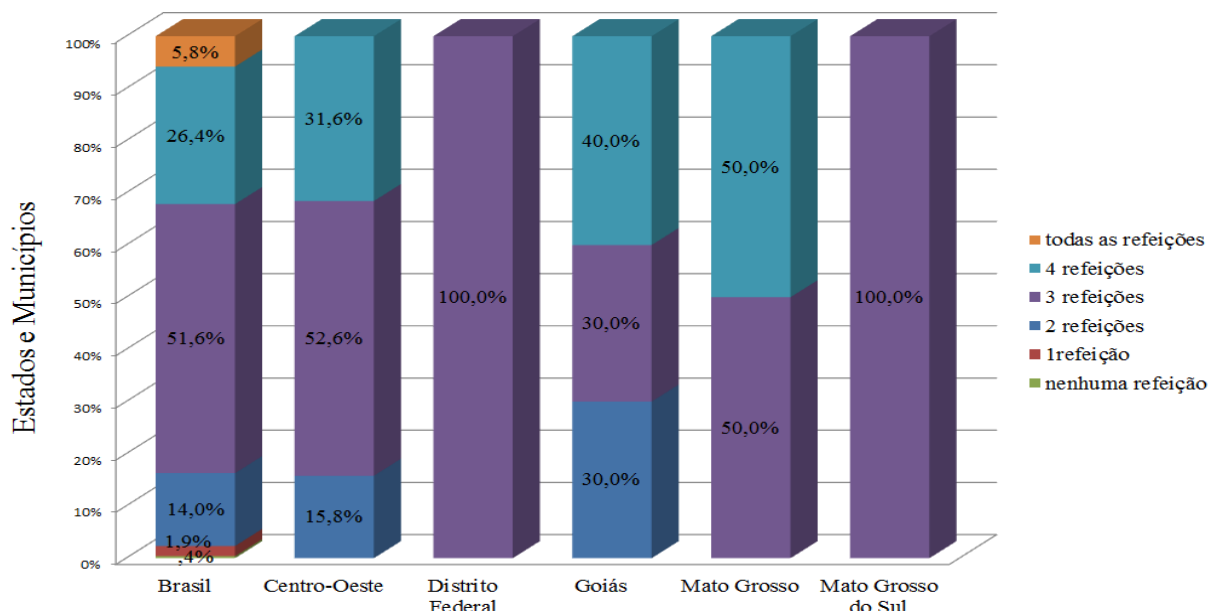


GRÁFICO 7 – Número de refeições ofertadas aos educandos que integram o Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Ainda a respeito dos dados sistematizados no Gráfico 7, é notável que a grande maioria das escolas que integram o PME na Região oferecem, pelo menos, três refeições diárias: lanche da manhã, almoço e lanche da tarde. É importante observar que os estados de Goiás e Mato Grosso oferecem quatro refeições, ou seja, além das citadas, também existe a oferta de café da manhã aos educandos.

Na Tabela 16, estão relacionadas as refeições que os estados/municípios oferecem aos alunos na Região Centro-Oeste. O lanche da tarde, com maior frequência, seguido do almoço e do lanche da manhã são oferecidos pela grande maioria das instâncias subnacionais em todos os estados, e o café da manhã é mais recorrente em apenas 52,6% dos casos. Ressalta-se que nenhuma escola que integra o PME no Distrito Federal serve café da manhã aos estudantes. Além disso,

² Os recursos para a alimentação escolar estão garantidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, o qual, a partir da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, também estabelece o valor de R\$ 1,00 (um real) para os estudantes participantes do Programa Mais Educação.

é interessante notar que, em toda a Região, o jantar é menos usual, aparecendo apenas em Goiás e Mato Grosso.

TABELA 16 – Alimentação fornecida aos estudantes que integram o Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Alimentação	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Lanche da tarde	93,8	89,5	100,0	90,0	100,0	75,0
Almoço	86,8	84,2	100,0	70,0	100,0	100
Lanche da manhã	79,5	73,7	100,0	60,0	75,0	100,0
Café da manhã	45,7	52,6	-	70,0	50,0	25,0
Jantar	13,2	15,8	-	20,0	25,0	-
Nenhuma	0,4	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

De acordo com os dados da Tabela 16, ressalta-se que o almoço – prática que foi instituída nas escolas públicas a partir da implantação do PME – é a segunda refeição oferecida com maior frequência, sendo somente superada pelo lanche da tarde, realidade presente tanto no Centro-Oeste quanto no restante do país. A Tabela 16 mostra também que, em Goiás, esse número está abaixo das demais instâncias estaduais/municipais da Região, o que pode comprometer ou impedir a participação do aluno no Programa, caso ele não tenha condições de se deslocar até a sua casa, para almoçar.

Há que se ressaltar também que, de acordo com a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010 (BRASIL, 2014), que reestruturou o Artigo 6º da Constituição Federal, a alimentação é entendida como um direito social, o que impacta na gestão escolar, já que o direito de alimentar – assim como a alimentação adequada – influencia diretamente a reelaboração do processo de aprendizagem, donde advém mais uma importante contribuição do PME.

10.3 Espaços

Um dos pressupostos do Programa Mais Educação é pensar diretamente as relações entre a escola e a comunidade. Isso significa aproximar os saberes comunitários e os saberes escolares. Um dos possíveis caminhos para potencializar essa relação é propor atividades socioeducativas nos espaços socioculturais que a cidade oferece (BRASIL, 2014a).

As atividades fomentadas pelo Programa Mais Educação, em geral, exigem uma reformulação dos usos dos espaços na escola, bem como a sua adequação às necessidades da Educação Integral. Na Tabela 17, pode-se constatar o quantitativo de estados/municípios que fizeram reformas, adaptações e/ou ampliações dos espaços nas escolas participantes do Programa. Os dados mostram que o empenho na adaptação de espaços pelos estados/municípios alcançou, de forma mais ampla, até 25,0% das escolas.

TABELA 17 – Ocorrência de reformas, adaptações e/ou ampliações dos espaços nas escolas participantes do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Ocorrência	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Sim, em até 25,0% das escolas	38,0	31,6	-	40,0	25,0	50,0
Sim, de 26,0% a 50,0% das escolas	15,1	10,5	-	-	-	25,0
Sim, de 51,0% a 75,0% das escolas	11,6	26,3	-	40,0	25,0	-
Sim, de 76,0% a 100,0% das escolas	12,0	15,8	-	20,0	-	25,0
Não, as escolas já apresentavam infraestrutura adequada	1,9	-	-	-	-	-
Não	17,8	10,5	-	-	50,0	-
Não sei	3,5	5,3	100,0	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Os dados da Tabela 17 indicam que, no Centro-Oeste, 84,2% dos estados/municípios pesquisados investiram na melhoria dos espaços, em parte das escolas ou em todas elas. Todavia, considerando que, na grande maioria dos estados/municípios da Região, as escolas não tinham estrutura adequada, já que não foram construídas para funcionar em tempo integral, o percentual de 10,5% dos respondentes que marcaram “não”, como resposta, é preocupante. Embora se faça uso de outros espaços externos à escola para o desenvolvimento das atividades do Programa, os dados mostram que muitas escolas não estão sendo adaptadas/reformadas para atender as necessidades do PME. É, no mínimo, intrigante constatar que o Coordenador do Distrito Federal alegou nada saber a respeito do tema. Vale notar que, nos demais estados da Região Centro-Oeste, não houve um Coordenador que tenha afirmado não saber a respeito de reformas, adaptações ou ampliações das escolas que integram o Programa.

No que concerne aos espaços das escolas que estão sendo adaptados, a Tabela 18 expressa que eles são vários: banheiros, salas de aula, pátios, quadras de esportes, refeitórios, hortas, salas de multimídias e bibliotecas. Todavia, observa-se que, no Centro-Oeste, a distribuição dos índices desses espaços, em geral, é bastante diversa.

TABELA 18 – Espaços das escolas que mais passaram por reformas, adaptações e/ou ampliações a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Espaços	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Banheiros	55,6	75,0	-	80,0	50,0	75,0
Salas de aula	54,0	56,3	-	50,0	50,0	75,0
Pátios	49,0	50,0	-	50,0	50,0	50,0
Quadras de esportes	48,0	50,0	-	40,0	50,0	75,0
Refeitórios	47,0	37,5	-	30,0	50,0	50,0
Hortas	41,4	62,5	-	70,0	100,0	25,0
Salas de multimídia	39,4	18,8	-	20,0	50,0	-
Bibliotecas	32,8	18,8	-	10,0	-	50,0

Espaços	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Laboratórios de ciências	14,6	6,3	-	10,0	-	-
Auditórios	12,6	-	-	-	-	-
Salas de dinâmica de grupo	11,1	12,5	-	-	-	50,0
Brinquedotecas	10,6	-	-	-	-	-
Vestiários	9,1	6,3	-	10,0	-	-
Outros	4,5	6,3	-	-	-	25,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

É interessante observar que as reformas correspondem às novas demandas colocadas pelo Programa Mais Educação. O fato de os estudantes ficarem o dia todo na escola gera a necessidade de espaços mais adequados para o cuidado com a higiene e a alimentação, o que é retratado na reforma/adaptação dos banheiros (75,0%), dos refeitórios (37,5 %) e até dos vestiários (6,0%). A reforma das salas de aula foi um item expressivo, sendo citada por 56,3% dos coordenadores do PME, no Centro-Oeste, que responderam ao questionário. É possível que isso ocorra também em função da dificuldade dos educadores em vislumbrarem, nos espaços do entorno da escola, as potencialidades educativas que poderiam ser utilizadas em suas práticas pedagógicas diárias, ou mesmo, em função da carência acumulada de reformas estruturais nas próprias escolas, item que precisa ser mais bem averiguado no desdobramento qualitativo da presente pesquisa.

Outro dado relevante na Tabela 18 é o investimento no esporte, que pode ser inferido a partir da frequência das reformas de pátios e de quadras esportivas, que alcançou 50,0% dos estados/municípios respondentes. Igualmente, é pertinente destacar que diversos outros espaços, como as hortas, também passaram por adaptações e reformas, o que sugere uma diversidade das atividades desenvolvidas dentro do Programa Mais Educação.

Ainda no que concerne às hortas, o índice percentual de 21,1% acima do nacional confirma a diversidade regional do Centro-Oeste, especialmente no que diz

respeito às raízes do povo com a terra e com o modo de vida rural, ainda que se viva em centros urbanos. 100,0% dos coordenadores do Mato Grosso e 70,0% dos de Goiás indicaram as hortas como um recurso explorado no PME, índice que não existe no Distrito Federal e que faz parte apenas de 25,0% da realidade do Mato Grosso do Sul. Essa disparidade nos índices pode ser compreendida diante das raízes culturais do povo goiano e mato-grossense, eminentemente ligadas à terra, bem como do quadro econômico e produtivo de Goiás e do Mato Grosso, pois atualmente esses estados são apontados como fronteiras geopolíticas e geoeconômicas do agronegócio e do setor sucroalcooleiro, realidade que pode interferir na formação de um inconsciente coletivo valorizador do cultivo de hortaliças e do manuseio do solo em prol da pequena produção.

A Tabela 19 indica como o PME influenciou a circulação do alunado nos outros espaços fora da escola. Os dados exprimem uma diversidade de espaços educativos nos quais os educandos passaram a circular a partir da presença do PME, sendo que os mais visitados são os espaços abertos, como campos de futebol e praças públicas. Em seguida, aparece o acesso a bens e atividades culturais, que ocorre por meio de visitas a cinemas e centros culturais. Percebe-se ainda a visita a museus, *shoppings* e associações comunitárias. Enfim, são realidades que retratam as inúmeras possibilidades de aprendizagem, indicando que o PME é capaz de oferecer opções para o rompimento, em definitivo, com a concepção de que a aprendizagem acontece apenas na escola, além de colaborar para a interdisciplinaridade das diferentes áreas do conhecimento.

TABELA 19 – Espaços das cidades mais utilizados para a realização das atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Espaços	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Campos de futebol	67,3	68,8	100,0	85,7	75,0	25,0
Quadras	59,3	43,8	-	57,1	25,0	25,0
Centros culturais	56,5	31,3	-	28,6	25,0	50,0
Praças públicas	55,1	68,8	100,0	42,9	100,0	75,0
Associações comunitárias	47,7	31,3	100,0	28,6	50,0	-

Espaços	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Cinemas	44,4	62,5	-	85,7	50,0	50,0
Instituições religiosas	37,9	31,3	-	14,3	50,0	25,0
Parques	37,9	43,8	100,0	28,6	50,0	50,0
Museus	37,4	31,3	-	14,3	50,0	50,0
Espaços naturais (rios, praias, lagos, etc.)	35,0	37,5	-	57,1	25,0	25,0
Teatros	34,6	6,3	-	-	25,0	-
Bibliotecas públicas	30,4	18,8	-	14,3	-	50,0
Hortas	25,7	18,8	100,0	28,6	-	-
Jardim Zoológico	25,2	12,5	-	14,3	25,0	-
Estações ecológicas	24,3	6,3	100,0	-	-	-
Feiras	24,3	12,5	-	-	-	50,0
Casas alugadas	20,1	12,5	-	-	25,0	25,0
Empresas privadas	14,5	31,3	100,0	28,6	25,0	25,0
Jardim Botânico	14,5	6,3	-	14,3	-	-
Salas de exposição	14,0	-	-	-	-	-
Casas cedidas	13,6	6,3	-	-	25,0	-
<i>Shoppings</i>	13,6	31,3	-	42,9	25,0	25,0
Galpões	12,1	25,0	100,0	28,6	25,0	-
Sedes de ONGs	11,7	-	-	-	-	-
Arquivos públicos	7,9	-	-	-	-	-
Fundações	7,9	-	-	-	-	-
Supermercados	6,1	12,5	-	14,3	25,0	-
Outros	5,6	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (214), Centro-Oeste (16), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

De acordo com a Tabela 19, existem seis espaços utilizados para a realização das atividades do PME os quais estão presentes em todos os estados do Centro-Oeste e no Distrito Federal, quais sejam: campos de futebol, praças públicas, associações comunitárias, parques, empresas privadas e galpões, o que sugere que o conceito de território educativo, ao menos nesses locais, está sendo considerado na Região.

Em contrapartida à implantação do Programa Mais Educação, foram realizadas reformas, adaptações e/ou ampliações em espaços localizados nos arredores das escolas, entendidos como possibilidades de aprendizagem, conforme mostra o Gráfico 8.

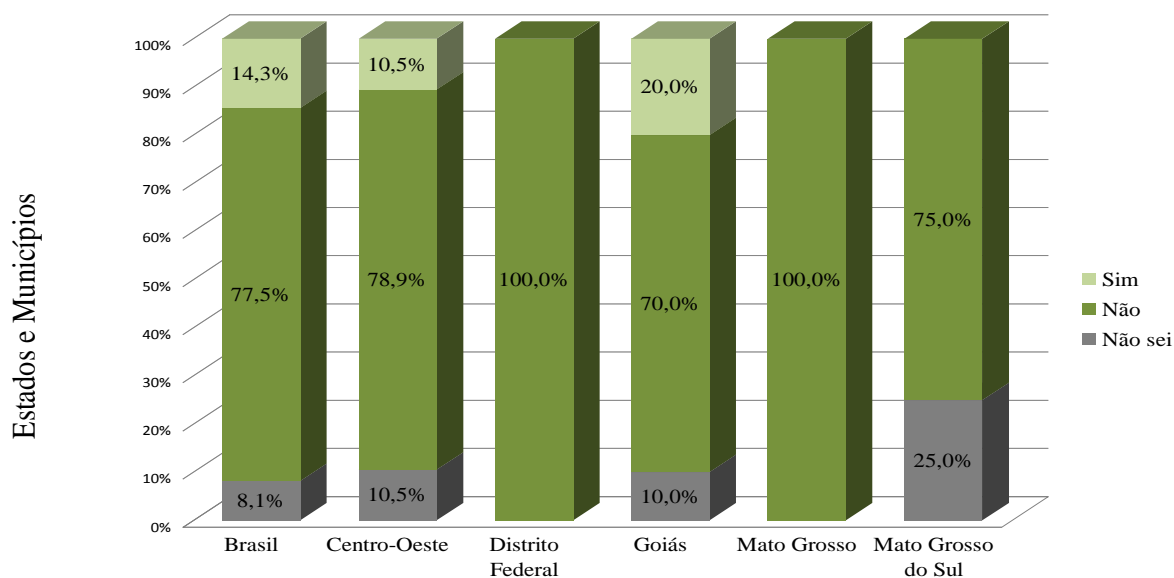


GRÁFICO 8 – Realização de reformas, adaptações e/ou ampliações dos espaços das cidades destinados às práticas educativas, a partir da implantação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Dentre os espaços que mais passaram por adaptações/reformas/ampliações, destacam-se as quadras de esportes, praças públicas, associação de moradores, centros culturais, campos de futebol, igrejas, parques e bibliotecas públicas, o que reitera os dados apresentados na Tabela 7, sobre a contrapartida do PME.

11 PARTICIPAÇÃO NA DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

As atividades do Programa Mais Educação estão organizadas em oficinas distribuídas em macrocampos (BRASIL, 2014e). A escola pode escolher três ou quatro macrocampos e, dentro desses, pode optar por cinco ou seis atividades para serem desenvolvidas com os estudantes. No que se refere à escolha dos macrocampos, verifica-se, no Gráfico 9, uma participação expressiva dos estudantes.

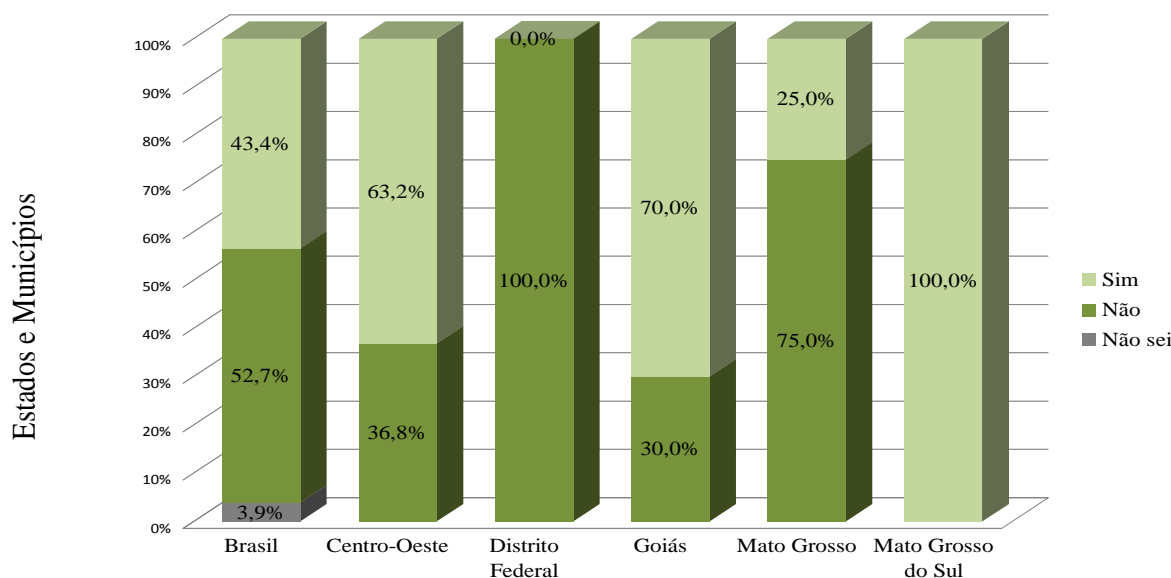


GRÁFICO 9 – Participação dos educandos na escolha dos macrocampos do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Se comparado aos índices nacionais, o percentual de participação dos educandos do Centro-Oeste na escolha dos macrocampos do PME é 19,8% superior. Contudo, quando se olha para dentro da Região, observa-se que o Distrito Federal e 75,0% dos municípios do Mato Grosso não possuem tal prática. Em contrapartida, 100,0% dos entes federados do Mato Grosso do Sul e 70,0% dos de Goiás envolvem os estudantes na execução do PME, quando o assunto é os

macrocampos. Essas distinções poderão ser mais bem entendidas se forem objeto de investigação do desdobramento qualitativo da presente pesquisa.

No que se refere à escolha das oficinas/atividades do PME, a participação dos professores da escola é marcante (73,7%), e, nesse processo de escolha, outros sujeitos também participam, como indica a Tabela 20.

TABELA 20 – Participação de outros sujeitos na escolha das oficinas/atividades do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Sujeitos	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Diretor da escola	96,5	94,7	100,0	90,0	100,0	100,0
Coordenador Pedagógico	84,1	73,7	100,0	70,0	100,0	50,0
Coordenador do PME na Secretaria de Educação	73,3	63,2	100,0	70,0	50,0	50,0
Professor Comunitário	72,9	73,7	-	70,0	100,0	75,0
Professores da escola	70,9	73,7	100,0	70,0	75,0	75,0
Membros do Conselho Escolar	50,0	57,9	100,0	70,0	25,0	50,0
Comunidade local	31,8	31,6	100,0	30,0	-	50,0
Famílias	31,8	31,6	-	30,0	25,0	50,0
Nenhum	0,4	-	-	-	-	-
Outros	2,3	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 20, na grande maioria dos estados/municípios do Centro-Oeste, o Diretor da escola e o Coordenador Pedagógico têm participação expressiva na escolha das oficinas/atividades do PME. Além deles, o Professor Comunitário, os professores da escola e o Coordenador do PME também são considerados, ressaltando-se também o envolvimento da comunidade escolar. A Tabela 20 revela ainda que, de forma menos expressiva,

existe o envolvimento de segmentos externos à escola na escolha das oficinas/atividades, como, por exemplo, a comunidade local e as famílias, o que contradiz o PME, o qual preconiza o diálogo entre escola e comunidade. É pertinente perceber também que, no Distrito Federal, o Coordenador do PME não apontou a participação da família no planejamento das oficinas/atividades do Programa.

12 EDUCADORES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS

O Programa Mais Educação reestrutura a comunidade docente e sugere que novos profissionais façam parte da Educação Integral, contribuindo, de forma decisiva, para a formação do sujeito. Entre esses profissionais da educação, existem duas figuras de muita importância, em virtude das características da sua atuação: o Professor Comunitário e o Monitor (estudantes, educadores populares, agentes culturais e outros).

12.1 Professor Comunitário

Uma das exigências para a implementação do PME é a disponibilização de um professor vinculado à escola para exercer a coordenação do Programa, como contrapartida da Entidade Executora (EEx), ou seja, a escola.

O Professor Comunitário é um profissional importantíssimo no PME, pois é ele quem coordena o Programa Mais Educação na escola, além de atuar e articular diretamente as ações e oficinas que serão desenvolvidas no contraturno escolar. O perfil do Professor Comunitário requer a presença de um educador diferenciado, o qual consiga transformar dificuldades em oportunidades. Mas, para que ocorra a efetivação de suas ações e para o próprio exercício da sua função, faz-se necessária sua dedicação ao Programa, preferencialmente de 40 horas semanais (BRASIL, 2014b).

De acordo com as respostas dos coordenadores, na Região Centro-Oeste, 78,9% dos entes federados têm Professor Comunitário em parte das escolas ou em todas elas, sendo que, no DF e MS, o índice é de 100,0%, no MT, de 75,0% e, em GO, de 70,0%.

A carga horária do Professor Comunitário destinada ao PME pode ser vista na Tabela 21, a seguir, cujos dados indicam que, na maioria dos estados/municípios do Centro-Oeste, as 40 horas já foram implantadas, com destaque para o Estado do Mato Grosso. Todavia, ainda existe um percentual

significativo de coordenadores do Programa com apenas 20 horas de trabalho por semana, como é o caso do Distrito Federal.

TABELA 21 – Carga horária dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Carga horária	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
40 horas	58,7	46,7	-	28,6	100,0	50,0
30 horas	4,3	13,3	-	28,6	-	-
20 horas	13,5	20,0	100,0	14,3	-	25,0
Varia de escola para escola	19,2	20,0	-	28,6	-	25,0
Não sei	1,4	-	-	-	-	-
Outra	2,9	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (208), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (4).

Na Tabela 21, chama a atenção o fato de a carga horária do Professor Comunitário variar de escola para escola em alguns estados/municípios dos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul. Destaca-se, ainda, o Distrito Federal, onde os professores comunitários exercerem apenas 20 horas, também é algo que requer um olhar mais cuidadoso. Ambos os apontamentos sugerem as seguintes indagações: com que critérios é definido esse regime de trabalho?; será que é a existência de outros programas que explica essa dinâmica peculiar?.

Entre os estados/municípios do Centro-Oeste pesquisados, os quais possuem professores comunitários nas escolas, 73,3% destinam a carga horária desses profissionais exclusivamente ao Programa Mais Educação, em todas as escolas participantes, com exceção do Distrito Federal, como pode ser visto na Tabela 22.

TABELA 22 – Destinação exclusiva da carga horária dos professores comunitários ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Destinação exclusiva	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Sim, em todas as escolas	70,2	73,3	-	71,4	100,0	75,0
Sim, em algumas escolas	16,3	6,7	-	-	-	25,0
Não	12,0	20,0	100,0	28,6	-	-
Não sei	1,4	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (208), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (4).

O cruzamento dos dados das Tabelas 21 e 22 evidencia que, no Mato Grosso, o Professor Comunitário exerce 40 horas semanais exclusivamente no PME, atendendo, assim, as diretrizes do Programa e apontando para um compromisso com a qualidade da sua implantação. Preocupa a situação do Distrito Federal, onde o Coordenador respondente do questionário afirmou que o Professor Comunitário não cumpre com as diretrizes do PME. Observa-se que, em Goiás, também a carga horária do Coordenador não é toda direcionada ao Programa Mais Educação. Isso sugere que os professores comunitários podem estar coordenando ou envolvidos com outros programas ou ações desenvolvidos nas escolas, em articulação com o PME, como o Escola Aberta e o Segundo Tempo, entre outros.

Os processos de escolha dos professores comunitários do Programa Mais Educação podem ser visualizados na Tabela 23. Em geral, esses processos apresentam um mesmo perfil no Brasil e no Centro-Oeste, ou seja, a indicação é a principal forma de escolha desses profissionais, sendo que as indicações originárias nas próprias escolas, por meio de seus diretores, superam a frequência das indicações das secretarias de educação. Essa constatação apresenta uma ponte com os dados da Tabela 3 (referentes ao tempo de atuação do Coordenador do PME) no que se refere à hipótese de que os coordenadores do PME sofrem com as trocas de gestão, as quais deverão ser melhor averiguadas no momento da investigação qualitativa da presente pesquisa.

TABELA 23 – Processos de seleção dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Processos de seleção	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Indicação pela direção da escola	79,8	86,7	100,0	100,0	66,6	75,0
Indicação pela gestão da Secretaria de Educação	40,4	46,7	-	42,9	66,6	50,0
Análise curricular e/ou entrevista	28,8	20,0	-	14,3	33,3	25,0
Eleição pelo Colegiado da escola	3,8	6,7	-	-	33,3	-
Eleição pelo Conselho Escolar	3,8	-	-	-	-	-
Eleição pela Assembleia da escola	1,4	-	-	-	-	-
Eleição pelo Comitê Local	0,5	6,7	-	-	-	25,0
Não sei	1,0	-	-	-	-	-
Outro(s)	1,4	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (208), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (4).

Os dados expressos na Tabela 23 indicam o papel que os diretores das escolas têm na escolha do Professor Comunitário, sugerindo um entrosamento entre ambos e favorecendo a inserção do Programa Mais Educação no cotidiano escolar. Paralelamente, chama a atenção os baixos índices associados à utilização de eleição (pelo Colegiado da escola ou pelo Comitê Local) como forma de seleção do Coordenador do Programa, podendo significar um desafio a ser alcançado pelas escolas no envolvimento mais amplo da comunidade escolar, o que contradiz com a perspectiva participativa do Programa.

Os principais critérios de seleção dos professores comunitários estão relacionados na Tabela 24, a qual retrata que esse procedimento vai ao encontro da implementação de uma gestão mais comprometida com as expectativas do PME.

TABELA 24 – Critérios de seleção dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Critérios de seleção	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Professor da rede	77,9	86,7	100,0	85,7	100,0	75,0
Articulação com a comunidade	68,3	60,0	-	71,4	66,7	50,0
Análise curricular	42,3	40,0	-	42,9	66,7	25,0
Escolaridade	38,5	33,3	-	28,6	33,3	50,0
Experiência no PME	29,8	33,3	100,0	28,6	33,3	25,0
Morar na comunidade	18,8	13,3	-	14,3	33,3	-
Não sei	2,4	-	-	-	-	-
Outros	6,3	6,7	-	-	-	25,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (208), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (4).

Tanto no Centro-Oeste como no Brasil, ser professor da rede estadual/municipal de ensino e ter articulação com a comunidade são os dois principais critérios de seleção do Coordenador do PME. Todavia, os coordenadores respondentes do questionário, tanto no Distrito Federal quanto no Mato Grosso do Sul, afirmaram que morar na comunidade não é um critério utilizado nessa seleção, fato que se repetiu em Goiás, o qual obteve apenas 14,3% das respostas positivas, e no Mato Grosso, com 33,3%.

Nos estados/municípios da Região Centro-Oeste, a grande maioria dos professores comunitários é efetiva da Rede, assim como todos os de Goiás e do Distrito Federal, como mostra a Tabela 25.

TABELA 25 – Vínculo empregatício dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Vínculo empregatício	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Efetivo da rede	82,7	86,7	100,0	100,0	66,7	75,0
Contrato temporário	30,8	26,7	-	-	66,7	50,0
Estagiário (estudante de curso superior)	5,3	-	-	-	-	-
Estagiário (estudante do Ensino Médio)	1,9	-	-	-	-	-
Não sei	2,4	-	-	-	-	-
Outros	2,4	6,7	-	-	-	25,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (208), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (4).

É importante notar também que existem professores comunitários com contrato temporário em 66,7% dos entes federados do Mato Grosso e em 50,0% dos do Mato Grosso do Sul e que, em alguns lugares, existem os dois tipos de vínculo trabalhista.

12.2 Monitor

O Monitor no Programa Mais Educação é outro importante educador, sendo, em grande parte das experiências, o responsável pelas oficinas. As diretrizes do Programa colocam que essa função deverá ser desempenhada, preferencialmente, por estudantes universitários ou pessoas da comunidade (BRASIL, 2014b). A Tabela 26 mostra como os monitores são selecionados nos estados/municípios pesquisados da Região Centro-Oeste.

TABELA 26 – Critérios de seleção dos monitores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Critérios de seleção	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Habilidades apropriadas para o desenvolvimento das atividades, sem formação específica na área	92,3	94,4	-	90,0	100,0	100,0
Formação técnica e/ou superior na área em que irá desenvolver as oficinas/atividades	69,1	72,2	-	70,0	50,0	100,0
Morar na comunidade	55,3	44,4	-	60,0	25,0	25,0
Outros	6,1	5,6	-	-	-	25,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (246), Centro-Oeste (18), Distrito Federal (0), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Conforme expressam os dados da Tabela 26, o critério “habilidades apropriadas para o desenvolvimento das atividades, sem formação específica na área” é o mais amplamente utilizado na escolha do Monitor. Vários estados/municípios do Centro-Oeste não se restringem exclusivamente a um critério para selecionar os monitores. Destaca-se que, diferentemente dos demais estados da Região, em Goiás, o quesito “ser morador da comunidade” é bastante contemplado no momento da seleção desse profissional, apontando para a territorialidade do Programa, o que pode contribuir para uma maior articulação entre a escola e a comunidade, bem como para a apropriação e a valorização dos saberes locais. Desse modo, cabe também ressaltar que, nesses casos, o PME pode estar proporcionando novos tipos de interação do educador com as crianças e os jovens, uma vez que os estudantes tentem a se identificar melhor com pessoas que estão inseridas em seus contextos sociais.

Todavia, na seleção do Monitor do PME, o perfil do candidato é um fator importantíssimo. Como pode ser verificado na Tabela 30, a maioria dos estados/municípios do Centro-Oeste seleciona, para essa função, estudantes universitários, educadores populares moradores da comunidade, outros moradores da comunidade e arte-educadores.

TABELA 27 – Perfil dos monitores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Perfil	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Estudantes universitários	89,9	94,7	100,0	90,0	100,0	100,0
Educadores populares moradores da comunidade	80,2	94,7	100,0	100,0	100,0	75,0
Moradores da comunidade	61,6	63,2	100,0	60,0	100,0	25,0
Arte-educadores	57,4	52,6	100,0	40,0	50,0	75,0
Estudantes do Ensino Médio	49,6	63,2	100,0	80,0	75,0	-
Educadores populares não moradores da comunidade	41,5	31,6	-	30,0	50,0	25,0
Professores da própria escola	26,4	21,1	-	20,0	50,0	-
Professores aposentados	25,2	10,5	-	10,0	-	25,0
Professores de outras escolas públicas	21,7	10,5	-	-	25,0	25,0
Professores de escolas particulares	12,4	5,3	-	10,0	-	-
Não sei	0,8	-	-	-	-	-
Outros	5,4	5,3	100,0	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Os percentuais indicados na Tabela 27 apontam que, em muitos casos, o perfil dos monitores é diversificado em um mesmo estado/município, o que significa a coexistência de arranjos diferenciados do Programa Mais Educação. Chama a atenção também a presença expressiva de estudantes do Ensino Médio atuando em monitorias do Programa, principalmente em Goiás, no Mato Grosso e no Distrito Federal, o que não atende as prerrogativas do PME. Outro item observado, mesmo que menos expressivo, é a presença de professores aposentados nas monitorias do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Além disso, professores das próprias escolas também atuam como monitores em Goiás e no Mato Grosso.

Ressalta-se também que a presença de novos educadores, como é o caso da maioria dos monitores, envolve trajetórias formativas distintas das dos professores, o que pode gerar, no âmbito escolar, enfrentamentos e rupturas nas ações propostas pelo Programa. Por isso, tais aspectos merecem um olhar investigativo na pesquisa qualitativa.

13 FORMAÇÃO DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS COM O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Ao longo da história da educação brasileira, a formação continuada tem sido objeto de discussões, análises e estudos. Com a implementação do Programa Mais Educação, por vários motivos, a educação continuada ganhou notoriedade, principalmente, pela presença de novos sujeitos educadores (Professor Comunitário e Monitor) e por se tratar o PME de um Programa indutor de políticas públicas na área da Educação Integral, cuja ampliação de sua implementação é relativamente nova no contexto brasileiro.

Diante do impacto do PME no Centro-Oeste, já demonstrado em tabelas e gráficos anteriormente dispostos, era de se esperar que a formação continuada para o Professor Comunitário também fosse uma prática recorrente nos estados/municípios da Região, como mostra o Gráfico 10.

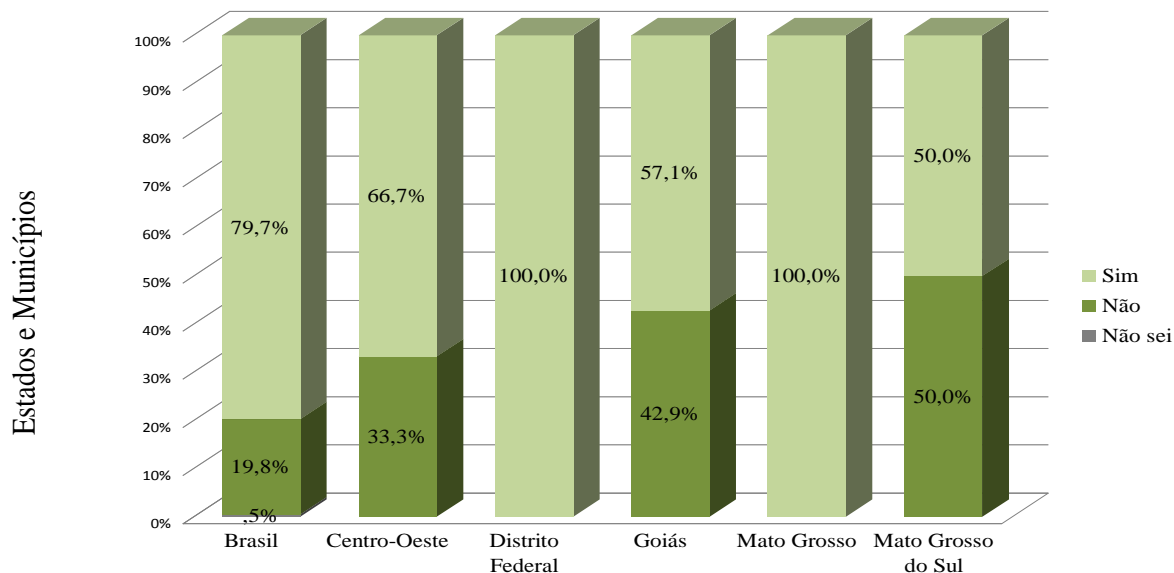


GRÁFICO 10 – Promoção de formação aos professores comunitários do Programa Mais Educação pela Secretaria de Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (207), Centro-Oeste (15), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (4).

De acordo com os dados expressos no Gráfico 10, pode-se observar que, no percentual geral, o Centro-Oeste está abaixo da média nacional no que diz

respeito à promoção da formação do Professor Comunitário pelas Secretarias Estadual e Municipal de Educação. Contudo, no Distrito Federal e no Mato Grosso, tal prática já está enraizada, fazendo-se presente em 100,0% das respostas obtidas no questionário da presente pesquisa. Os números sugerem também que, em Goiás, o qual apresenta um percentual de 57,1%, e no Mato Grosso do Sul, com índice de 50,0%, é necessário haver um maior investimento na formação do Professor Comunitário.

A Tabela 28 expressa a periodicidade (ou frequência) com que ocorre o processo de formação continuada do Professor Comunitário.

TABELA 28 – Periodicidade na realização de formação dos professores comunitários do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Periodicidade	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Mensal	33,9	10,0	-	-	33,3	-
Bimestral	16,4	30,0	-	50,0	-	50,0
Trimestral	6,7	-	-	-	-	-
Semestral	18,8	10,0	-	-	-	50,0
Anual	5,5	20,0	100,0	-	33,3	-
Não há periodicidade	16,4	30,0	-	50,0	33,3	-
Outra	2,4	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (165), Centro-Oeste (10), Distrito Federal (1), Goiás (4), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (2).

Na Região Centro-Oeste, as formações bimestral, anual e sem periodicidade dos professores comunitários são as que concentram maior número de entes federados.

De acordo com as respostas dos coordenadores, no que se refere à formação dos monitores do Programa Mais Educação, as Secretarias Estadual e Municipal de Educação da maioria dos estados/municípios do Centro-Oeste (57,9%) a têm promovido.

A partir da comparação dos dados relativos à formação dos profissionais do PME, evidencia-se que, no Centro-Oeste, há um investimento maior na formação dos professores comunitários do que na dos monitores, o que merece uma atenção minuciosa por parte dos gestores do Programa, pois esse grupo de educadores (os monitores), quase sempre, não tem a formação acadêmica ou a experiência de atuação no espaço escolar, e a falta de um apoio formativo poderá refletir em suas atuações e no desenvolvimento das oficinas do PME, acarretando possíveis perdas no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com a Tabela 29, a periodicidade da formação dos monitores é bastante esparsa, sendo oferecida bimestral ou semestralmente na maioria dos entes federados da Região.

TABELA 29 – Periodicidade na realização de formação dos monitores do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Periodicidade	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Mensal	19,3	-	-	-	-	-
Bimestral	13,7	27,3	-	40,0	-	50,0
Trimestral	11,8	9,1	-	20,0	-	-
Semestral	30,4	45,5	-	40,0	66,7	50,0
Anual	8,1	9,1	100,0	-	-	-
Não há periodicidade	11,8	9,1	-	-	33,3	-
Outra	5,0	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (161), Centro-Oeste (11), Distrito Federal (1), Goiás (5), Mato Grosso (3) e Mato Grosso do Sul (2).

É relevante observar que outros profissionais envolvidos com o PME também recebem formação em todos os entes federados da Região Centro-Oeste, como pode ser observado no Gráfico 11.

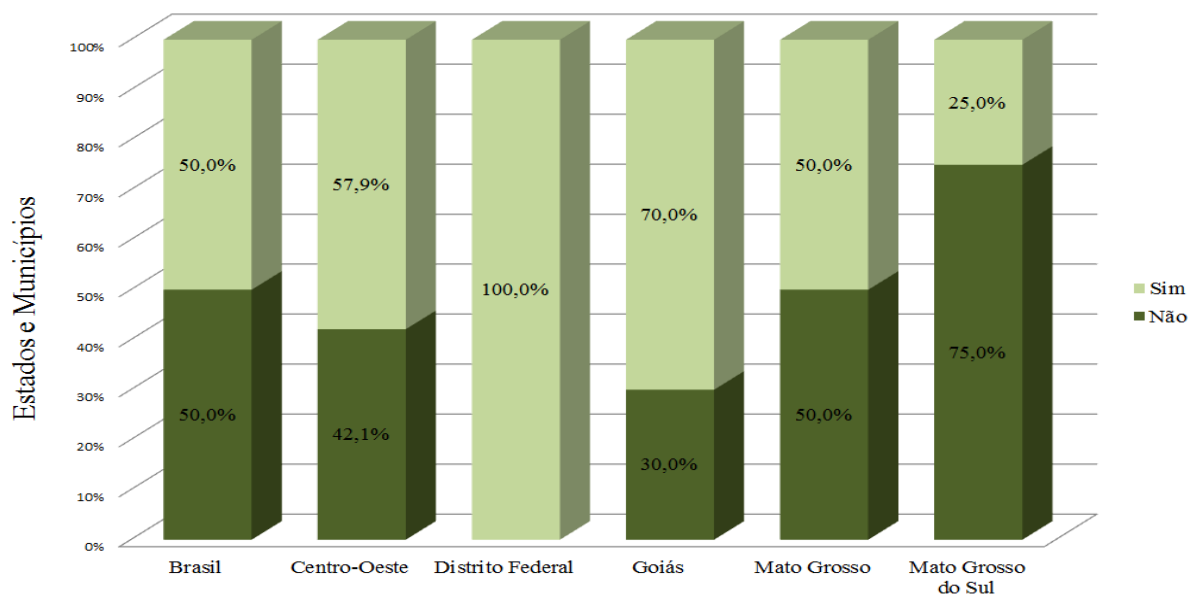


GRÁFICO 11 - Promoção de formação a outros profissionais vinculados ao Programa Mais Educação pela Secretaria de Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

O Gráfico 11 mostra que, na Região Centro-Oeste, o índice de outros profissionais que são alvo de formação é superior ao do Brasil, embora haja uma distribuição irregular dos percentuais entre os estados (Distrito Federal), sendo o Mato Grosso do Sul o que menos investe na formação desses profissionais.

Na Tabela 30, pode-se ver quais são esses outros profissionais contemplados com formação promovida pela Secretaria de Educação.

TABELA 30 – Outros profissionais contemplados pela formação promovida pela Secretaria de Educação associada ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Profissionais	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Gestores das escolas	72,1	81,8	100,0	85,7	50,0	100,0
Supervisor/Coordenador/Orientador Pedagógico	60,5	81,8	-	85,7	50,0	100,0
Professor/Educador	37,2	18,2	-	28,6	-	-
Pessoal de apoio	22,5	9,1	-	14,3	-	-

Profissionais	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Equipe da Secretaria de Educação	20,2	18,2	-	28,6	-	-
Profissionais de áreas específicas	12,4	9,1	-	14,3	-	-
Bolsistas	10,9	18,2	-	14,3	50,0	-
Parceiros	3,1	-	-	-	-	-
Equipes das secretarias	1,6	-	-	-	-	-
Comunidade escolar	0,8	-	-	-	-	-
Conselho Escolar	0,8	-	-	-	-	-
Não sei	0,8	-	-	-	-	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (129), Centro-Oeste (11), Distrito Federal (1), Goiás (7), Mato Grosso (2) e Mato Grosso do Sul (1).

Os percentuais expressos na Tabela 30 indicam que, no Centro-Oeste, dentre os profissionais que atuam no PME, os gestores das escolas e os responsáveis pela coordenação pedagógica se destacam como os que mais foram contemplados com cursos de formação. Novamente, o Distrito Federal apresenta uma realidade que precisa ser estudada, pois o único público contemplado com cursos de formação foram os gestores das escolas. Nessa perspectiva, os conteúdos, a participação e o impacto da formação na prática pedagógica dos profissionais da educação devem ser objetos de estudo na parte qualitativa desta pesquisa.

14 MONITORAMENTO/AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A avaliação do PME é um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados, seja no desenvolvimento de ações socioeducativas, as quais contribuirão para a formação de crianças e adolescentes, seja na reorganização das ações estratégicas na escola.

Perguntados se o Programa Mais Educação tem sido monitorado/avaliado na Região Centro-Oeste, 89,5% dos coordenadores responderam que sim, além de também afirmarem que esse monitoramento/avaliação tem contribuído para o avanço do Programa na Região. Dentre os entes federados do Centro-Oeste, 68,4% criaram estratégias específicas para o monitoramento/avaliação do Programa, como mostra o Gráfico 12.

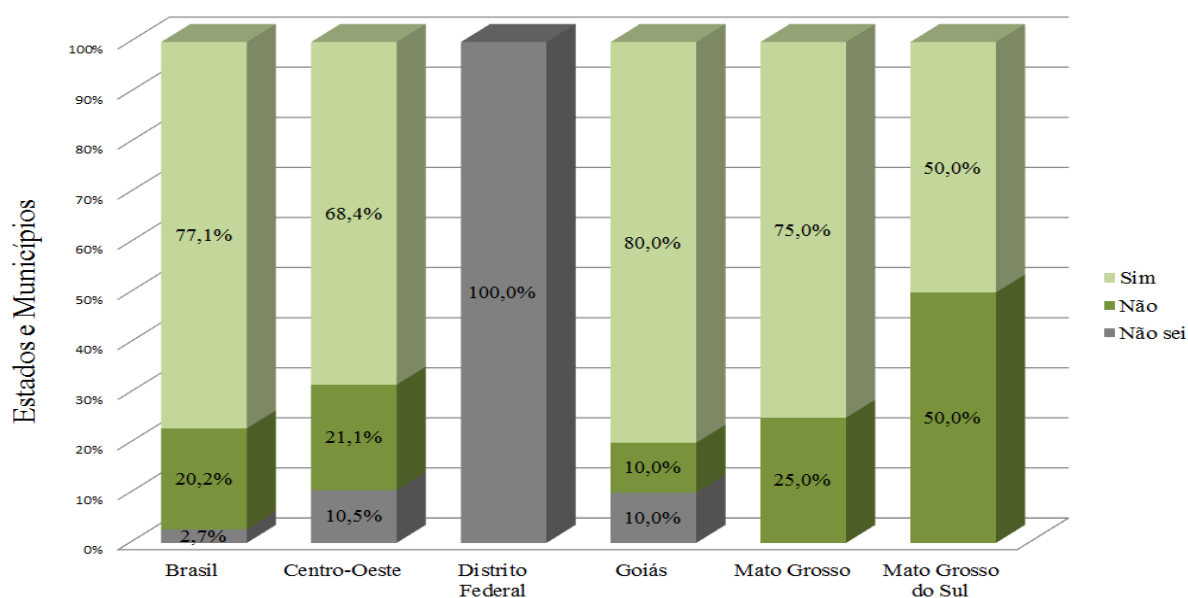


GRÁFICO 12 – Criação de estratégias específicas para monitoramento e/ou avaliação do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

15 IMPACTOS DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS DEMAIS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA

Com a finalidade de verificar quais foram os impactos dos macrocampos do Programa Mais Educação nas outras escolas da rede pública de ensino da Região Centro-Oeste que não o implantaram ainda, uma categoria destaca-se: a organização do tempo escolar. Assim, no Gráfico 13, observa-se um impacto ainda pequeno do Programa (15,8%), bem abaixo do constatado no Brasil. No entanto, é importante salientar o índice do Estado de Goiás (30,0%), que destoa dos outros estados da Região, ficando muito próximo ao índice nacional (30,6%).

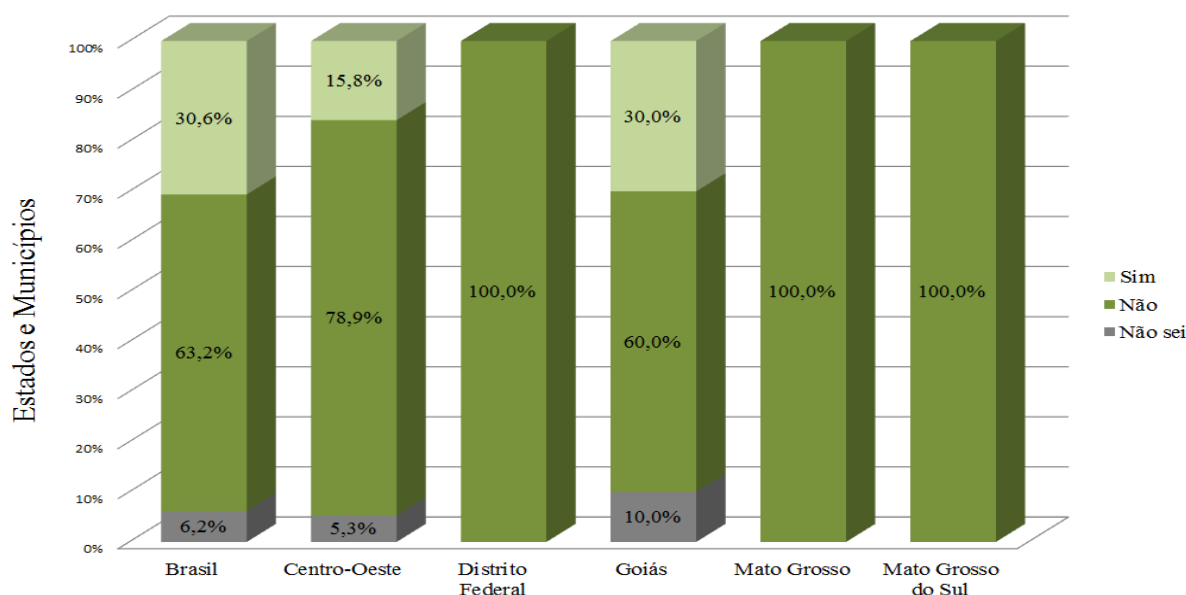


GRÁFICO 13 – Impacto das propostas dos macrocampos do Programa Mais Educação na organização do tempo nas demais escolas das redes estaduais/municipais de ensino, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

16 MODIFICAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Já no que tange ao impacto do PME nas estratégias de avaliação da aprendizagem nas redes públicas de ensino da Região Centro-Oeste, de acordo com as repostas apuradas, 52,6% dos respondentes afirmaram que essas estratégias sofreram alterações a partir da presença do Programa Mais Educação, como pode ser visto no Gráfico 14.

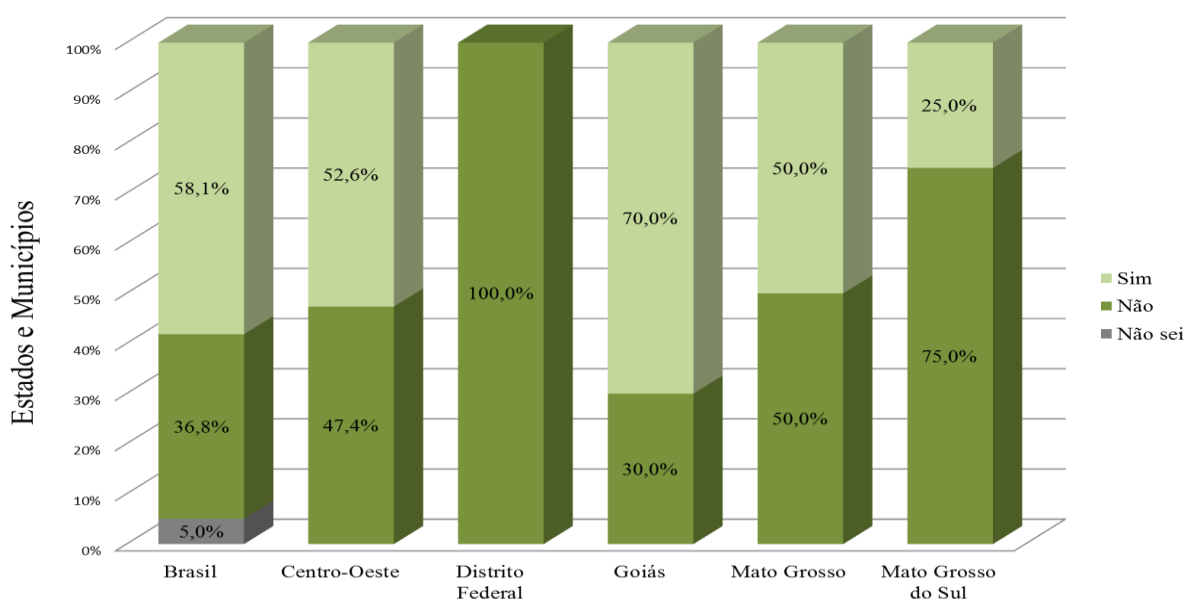


GRÁFICO 14 – Modificações nas estratégias de avaliação da aprendizagem, nas redes públicas de ensino, resultantes da adesão ao Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

17 AÇÕES DO MEC PARA FORTALECIMENTO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Que ações o MEC deve fortalecer com vistas a um maior avanço do PME? Essa foi uma das perguntas feitas aos estados/municípios da Região Centro-Oeste participantes da presente pesquisa, e as respostas estão listadas na Tabela 31.

TABELA 31 – Demandas de ações do Ministério da Educação para o fortalecimento do Programa Mais Educação, no Brasil, na Região Centro-Oeste e em seus estados/municípios – 2013

Demandas	Brasil (%)	Centro-Oeste (%)	DF (%)	GO (%)	MT (%)	MS (%)
Ampliação da oferta de cursos de formação em Educação Integral	91,1	89,5	100,0	90,0	75,0	100,0
Ampliação do número de reuniões para orientações técnicas sobre o PME	80,6	84,2	100,0	80,0	75,0	100,0
Realização de monitoramento e avaliação do PME	70,2	89,5	100,0	100,0	75,0	75,0
Elaboração e distribuição de um maior número de publicações sobre a Educação Integral	67,1	63,2	100,0	80,0	25,0	50,0
Participação de técnicos do MEC nas reuniões do Comitê Territorial	58,1	68,4	100,0	70,0	50,0	75,0
Outras	20,5	21,1	100,0	10,0	50,0	-

Nota: Total de sistemas/redes estaduais/municipais respondentes: Brasil (258), Centro-Oeste (19), Distrito Federal (1), Goiás (10), Mato Grosso (4) e Mato Grosso do Sul (4).

Apesar da diversidade das respostas, a formação em Educação Integral e a realização de monitoramento e avaliação do Programa foram as demandas mais citadas para o fortalecimento do Mais Educação. Nesse sentido, o empenho do MEC em atendê-las poderá gerar contribuições importantes para o desenvolvimento do PME na Região Centro-Oeste. Além dessas demandas, o item mais citado foi a ampliação das reuniões para orientações técnicas sobre a Educação Integral. É relevante salientar ainda que todos os estados do Centro-Oeste consideram extremamente importante uma participação mais assídua do MEC nas reuniões do Comitê Metropolitano/Territorial, o que pode impactar positivamente no fortalecimento do PME na Região.

18 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto do Programa Mais Educação como ação indutora de políticas públicas de Educação Integral na Região Centro-Oeste do Brasil. Para tanto, investigou-se os estados e os municípios da Região que implantaram o Programa durante os anos de 2008, 2009 e 2010, com recortes no financiamento, na legislação, na gestão democrática e em outros aspectos inerentes à gestão e implementação do PME.

Os dados aqui apresentados possibilitaram compreender como o PME se articulou com as experiências anteriores e com os diferentes programas governamentais, tais como: Bolsa Família, Segundo Tempo, PDE, PETI, entre outros, revelando a construção de uma política intersetorial de Educação Integral formatada em conjunto com outros ministérios, além do MEC, como o dos Esportes e o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Os dados também revelaram que, nas redes estaduais/municipais de ensino do Centro-Oeste nas quais não existia experiência anterior de Educação Integral, o Programa contribuiu para a criação/atualização de normas voltadas para a educação nos respectivos estados e municípios.

A questão do financiamento do PME foi outro importante aspecto analisado, sendo que os dados evidenciaram a necessidade de instrumentos legislativos que garantam a disponibilização de recursos financeiros capazes de suprimir as demandas de financiamento da Educação Integral. Os recursos que foram compartilhados entre os três poderes (Governos Federal, Estadual e Municipal) revelam seu papel na aquisição de *kits* de materiais esportivos, na instalação de equipamentos e no pagamento de pró-labores. Outro aspecto revelado na questão do financiamento da Educação Integral é o uso desses recursos para a remodelagem dos espaços escolares, o que indica uma nova percepção dos ambientes das escolas, os quais precisam estar mais adequados às necessidades da comunidade escolar como um todo, mas, para isso, há ainda a necessidade de investimentos das próprias redes públicas de ensino.

Esta pesquisa também revelou que múltiplas parcerias foram articuladas com o PME. Dentre elas, estão as parcerias realizadas com instituições religiosas, com clubes e com outros espaços fora dos muros das escolas. As Instituições de

Ensino Superior (IES) também se configuram como parceiras do Programa, principalmente porque ofertam formação continuada aos atores do PME, notadamente ao Professor Comunitário. Isso aponta a proximidade das IES com as instâncias governamentais e ainda sugere uma participação no processo formativo dos diversos agentes que atuam no Programa.

Sobre os Comitês Metropolitano/Territorial e Local do Programa Mais Educação, evidenciou-se que, no Centro-Oeste, o número existente ainda é pequeno. Na Região, existem apenas cinco comitês locais e um Comitê Metropolitano/Territorial.

No Centro-Oeste, foi possível observar que a relação do Programa com os territórios tem sido ampliada, pois os dados apontam que as escolas estão utilizando, para as atividades do PME, variados espaços públicos, tais como: praças, quadras poliesportivas, museus, bibliotecas, campo de futebol, associações comunitárias e outros. Essa constatação pode ainda indicar que o PME está se inserindo na vida da cidade e, talvez, contribuindo para uma mudança na percepção que a comunidade possui sobre os espaços educativos.

Do mesmo modo, o PME vem impactando as dinâmicas e as organizações das escolas públicas da Região Centro-Oeste, desde a reorganização dos tempos e dos espaços escolares à oferta das oficinas educativas. E isso é visível quando se observa as mudanças curriculares articuladas com os espaços e os tempos das e nas escolas e fora delas – um sinalizador de que novos saberes e atores estão sendo incluídos no panorama da Educação Integral a partir da implantação do Programa Mais Educação.

Ressalta-se também que as novas dinâmicas das escolas (após o PME) das redes públicas de ensino do Centro-Oeste têm induzido e colaborado para mudanças nos paradigmas escolares. As atividades do PME abrem espaços para a participação da comunidade. O estímulo ao aparecimento de novos atores educativos e a escolha dos macrocampos e das oficinas do Programa Mais Educação passam a despertar interesse, e, nesse processo, as ofertas das atividades do Programa derivam de escolhas múltiplas, frutos da participação de gestores das Secretarias Estadual e Municipal de Educação, dos coordenadores pedagógicos, dos professores e, em alguns casos, de alunos e familiares.

Os dados apresentados permitem ainda afirmar que a maioria dos professores comunitários da Região Centro-Oeste – um dos novos atores educativos

das escolas públicas que implantaram o Programa Mais Educação – são efetivos das redes públicas de ensino, possuem curso superior e dedicam 40 horas exclusivas ao Programa. Os monitores, que também são considerados os novos educadores, em sua maioria, pertencem à comunidade local, entretanto grande parte deles está na condição de estagiário nas escolas.

O monitoramento/avaliação do Programa Mais Educação foi outro importante aspecto de análise nesta pesquisa. Os dados mostram que o Programa tem sido monitorado/avaliado e que isso tem repercutido no seu avanço, mas ainda existe muito a ser feito para que ele se configure como uma política educacional mais ampla e efetiva.

Nessa perspectiva, compreende-se que uma pesquisa de abordagem qualitativa será fundamental para uma melhor compreensão tanto dos processos envolvidos na implantação/implementação do Programa Mais Educação quanto dos desafios a serem enfrentados para que o Programa se efetive com maior qualidade e eficiência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988, 292p.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Programa Mais Educação: Impactos na Educação Integral e Integrada*. Brasília, DF, 2013. (No prelo)

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010*. Altera o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 18 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Gestão intersetorial no território*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cader_maiseducacao.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014a.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Programa Mais Educação: Passo a Passo*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/UFG/Documents/e_passo_a_passo_mais_educacao_18042011.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Educação Integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014c.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de Educação Integral*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cad_mais_educacao_2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014d.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Básica (SEB). *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/UFG/Documents/manual_mais_educacao_2013_final_171013_2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014e.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) & Ministério da Educação (MEC). *Roteiro de mobilização para adesão Programa Mais Educação 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/roteiro_mob_adesao_programa.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2014f.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisões Regionais do Brasil*. Disponível em: <ftp://geofp.ilbge.gov.br/mapas/tematicos/mapas_murais/brasil_divisoes_regionais_2006.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. *IDEB – Resultados e Metas*. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Ranking IDHM Unidades da Federação 2010*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

TEIXEIRA NETO, Antônio. O território goiano-tocantinense no contexto do Cerrado. In: GOMES, Horieste (Coord.). *Universo do Cerrado*. Goiânia: Editora UCG, 2008, p. 232-275.

UNDIME. *Roteiro para adesão escolas Mais Educação*. 2012. Disponível em: <http://undime.org.br/wp-content/uploads/-27_02_2012.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2014.